



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Agronegócio e conflito pela posse de terra em São Paulo:

A dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores

Antonio Tomaz Junior

Como citar: TOMAZ JUNIOR, A. Agronegócio e conflito pela posse de terra em São Paulo: a dinâmica territorial da luta de classes no campo e os desafios para os trabalhadores. *In:* SIMONETTI, M. C. L.(org). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento** – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p121-158.
DOI:<https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-140-9.p121-158>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AGRONEGÓCIO E CONFLITO PELA POSSE DA TERRA EM SÃO PAULO: A DINÂMICA TERRITORIAL DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO E OS DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES

Antonio Thomaz Júnior

Aos trabalhadores que ainda lutam pela causa
revolucionária!

Por mais que nos esforcemos para apresentar as principais características do capitalismo, na fase atual, em vista da tormenta neoliberal, pouco ou quase nada acrescentaríamos, se não considerássemos as formas de expressão do metabolismo do capital, os rearranjos espaciais e o aguçamento das disputas territoriais que se espalham por todo o planeta.

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel (mistura de gordura vegetal ou animal ao álcool etílico ou metílico), nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco das classes dominantes, as quais demonstram com todas as letras a amplitude e o jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema.

A magnitude e a abrangência do assunto nos sugerem o recurso da metáfora *agronegócio alcoolizado*, para qualificarmos um processo que já anuncia vários desafios para os trabalhadores e para a sociedade, em geral, dada a sua impetuosidade destrutiva, insistência nos vícios *culturais* arraigados na sociedade de consumo e insustentabilidade social e ambiental. Em verdade, isso está mobilizando o que vem a ser uma *nova* divisão do espaço produtivo e do mercado nacional e mundial do álcool, ou uma redivisão territorial do trabalho com amplitude global e conseqüências regionais de significativa monta.

A área plantada, no Brasil, na safra 2006/07, cresceu 6% em relação à safra anterior e agora já são 6,3 milhões de hectares, sendo que o Estado de São Paulo representa pouco mais da metade – ou 3,4 milhões de ha. Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) do MAPA sinalizam que, na safra 2007/2008, deverão ser moídas 480 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, quantidade que pode ultrapassar 500 milhões de toneladas, caso não haja problemas eventuais, espalhadas por uma área de plantio de aproximadamente 6,7 milhões de hectares. Essas previsões indicam crescimento de mais de 10% em relação à safra passada, produção de 21 bilhões de litros de etanol, correspondendo a um crescimento de 13,5% sobre o período anterior, e 31,3 milhões de toneladas de açúcar, ou 5% superior à safra 2006/07, sendo que somente em São Paulo, 157 plantas agroindustriais processarão 280 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 4,0 milhões de hectares.

A intensidade do crescimento da atividade agroindustrial canavieira, no Brasil, nos últimos três anos, tem demonstrado que, mais do que uma sinalização, sua expansão para as áreas novas bem como a consolidação para as áreas tradicionais demarcam um campo específico e expressivo de novos investimentos, conforme nota da UNICA, 15 U\$ bilhões até 2001, tanto por meio de novas unidades agroindustriais, à base de 75 novas unidades, quanto pela via das reformas incrementais das já existentes.

A produção e venda dos automóveis bicompostíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, sendo que o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. Os veículos *flex fuel*,¹ capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, estão mantendo os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, desde 2004. Segundo a ANFAVEA, em 2006, a produção e a venda de veículos bicompostíveis atingiram 2 milhões de unidades. A tecnologia *flex fuel* estava embutida em 77% dos carros vendidos naquele ano².

Diante do horizonte do assunto dos biocompostíveis, temos a reiteração da prática da usura e o fortalecimento do modelo produtivo/destrutivo energético, já sobejamente conhecido. Mas o que está por revelar, ainda – o que somente as pesquisas nos permitirão desvendar –, são os conteúdos das alianças em todas as

¹ A tecnologia “flex fuel” (combustível flexível) foi desenvolvida pela Bosch e pela Magneti Marelli, fabricantes de injeção eletrônica, em parceria com as montadoras.

² Dentre todas as montadoras instaladas no país, apenas as japonesas Honda e Toyota não oferecem carros bicompostíveis.

escalas nas quais se explicitam (local, regional, nacional, internacional), que já mobilizam setores diversos do capital, com atuações específicas ou conjuntas quando se considera o urbano e o rural, proprietários de terra e também segmentos dos trabalhadores.

Não se trata apenas e tão somente, como nos querem fazer crer os órgãos da grande imprensa, associados aos setores empresariais diretamente envolvidos no assunto, de uma tomada de posição para se consolidar a matriz energética renovável, segura, limpa e estrategicamente distante dos problemas geopolíticos e diplomáticos que circundam os principais produtores de petróleo, como Irã, Iraque, Nigéria, Venezuela, Bolívia.

É importante, já na introdução deste texto, afirmar que a mistura de etanol à gasolina, que poderia, a princípio, diminuir a demanda de combustíveis fósseis e equilibrar o aumento decorrente da expansão do cultivo da cana-de-açúcar e do próprio etanol, pode ser anulada diante do possível e esperado aumento da frota de automóveis; sem nos esquecermos de que em, torno desse assunto, estão sendo *fabricadas* as polêmicas por aqueles que nesse horizonte continuam a confundir a melhoria do bem-estar da população com o aumento do PIB.

Nosso envolvimento com o tema nos tem incentivado à leitura de inúmeros textos, documentários, artigos e uma detida pesquisa junto à *internet*. O que estamos depreendendo é que a emergência do debate sobre as fontes de energias alternativas é inquestionável; todavia, é imprescindível que se estabeleçam algumas referências capazes de comprometer os interlocutores com a eficácia das proposituras e não simplesmente que considerem a *roda viva* do pressuposto da lógica do capital, as condições mercantis à frente do bem-estar, da saúde das pessoas e da vida cheia de sentidos. Aqui, temos um papel importante, assim como os movimentos sociais e demais instâncias da sociedade civil interessadas nas alternativas amparadas nos referenciais que respeitem os princípios requeridos pelo desenvolvimento sustentável da sociedade e da natureza, para além da diminuição do tempo útil das mercadorias, do consumismo desenfreado, à semelhança do formato de sociedade *mcdonaldizada*³, e da limitação do trabalho à produção restrita de mercadorias.

Da mesma forma, no que tem a ver com a pretensa vantagem ambiental da cana-de-açúcar, vários interesses se somam e quase nada de políticas públicas é formulado para garantir a inserção no mercado de trabalho formal, dos trabalhadores que safra após safra são dispensados, sobretudo da etapa do corte, tendo em vista o crescimento da mecanização. É por isso que a nomenclatura cultura para referir-se, no caso à cultura canavieira, também tem que passar sob o crivo da crítica. É nesse “jogo” de *culturas* que estamos assistindo à tormenta do capital, que, diante do seu movimento expansionista em meio à crise que se sucede, está sendo capaz de unificar interesses dos diferentes setores produtivos, especulativos e dos serviços; todavia, é

³ Aqui fazemos uma alusão às iniciativas de uniformizar padrões de consumo para todo o planeta, superpondo-se às diferentes culturas, hábitos etc.

no interior desse processo que também comparecem em cena suas contradições e se explicitam projetos distintos de sociedade.

Esse é o pano de fundo da também pretensa consciência ambiental do capital e dos seus representantes de classe presentes no aparato estatal, que defendem a mecanização como condição para melhorar a qualidade ambiental para a sociedade com o fim das queimadas ou da despalha mediante o fogo. O setor produtor de máquinas colheitadeiras⁴ acolhe entusiasticamente esse intento, o que tem sido enfatizado nos patrocínios milionários de eventos e inúmeras reuniões e Workshops temáticos em várias regiões produtoras do país, mas prioritariamente em São Paulo⁵. E é nesse cenário que comparece em cena o cumprimento da Lei 11.241, que regula o fim das queimadas em São Paulo, recentemente renegociada e que estipula a diminuição dos prazos previstos, ou seja, a UNICA e o governo Serra celebraram um protocolo de intenções, assinado durante a realização do Ethanol Summit, em junho de 2007, em São Paulo⁶, que indica a antecipação do fim das queimadas, nas áreas mecanizáveis, de 2021 para 2014, e nas áreas consideradas não mecanizáveis, com inclinação acima de 12%, de 2031 para 2017.

Se o que pretendemos é fazer um debate sério e profundo sobre os assuntos que perpassam a matriz energética, energias alternativas menos poluidoras e mais eficazes, para se vislumbrar um cenário de combate ao aquecimento global, mas estamos focando o etanol, encimado no mesmo ambiente produtivo do sistema metabólico que já conhecemos, estamos na direção errada. De um lado, porque, se continuamos insistindo na busca de respostas para um requerimento que, em si mesmo, não é posto em questão, não estamos oferecendo alternativas, senão fortalecendo o que já está disponível, porque continuamos a associar *progresso* tecnológico e social com aumento do consumo *per capita* de energia e, ainda, porque não associamos à maior produção de energia melhor eficiência energética com aparelhos e máquinas que consumam menos energia⁷. Por outro lado, se apostamos na possibilidade de construirmos uma sociedade emancipada do jugo do capital, não é coerente tampouco sano, da nossa parte, mantermo-nos enrijecidos nos referenciais societários de gestão da sociedade e da natureza que tenham na mercadoria e no trabalho abstrato seus elos fundantes.

⁴ Hoje restrito a praticamente 3 grandes empresas: Case (grupo Fiat); Santal e Jonh Deere.

⁵ O que pode ser comprovado por meio dos anúncios publicitários e das convocatórias publicizadas pela grande imprensa e também por agências e veículos especializados.

⁶ Cf. www.ethanolsummit.com. Acesso em 2 fev. 2007.

⁷ Cf. PORTO GONÇALVES, 2007. Nota divulgada na *internet*, dia 24 abr. 2007, com o título “Implicações Ecológicas e Políticas do Etanol - uma contribuição ao debate”.

II

Não nos comprometemos, neste texto, em apresentar a totalidade, tampouco os detalhes das inúmeras manifestações do capitalismo, no planeta. Intentamos apenas refletir os resultados parciais da pesquisa que estamos realizando e que nos está possibilitando entender algumas facetas recentes do cenário agroindustrial canavieiro, no Brasil, particularmente no Pontal do Paranapanema, produto, pois, dos estímulos recentes, originários da emblemática e falaciosa tomada de consciência ambiental do capital, dos governos e apaniguados.

Contudo, no tocante à fúria expansionista da cultura da cana-de-açúcar e do agronegócio *alcoolidado* para o Oeste⁸, descontando o elemento da ilegalidade/ilegitimidade das terras devolutas, em mãos de grileiros, e das terras improdutivas, características essenciais do Pontal do Paranapanema, esta também compreenderia a região da Alta Paulista, apesar da menor incidência; em ambas se tem a ocorrência de extensas áreas improdutivas, objeto igualmente das ocupações promovidas pelos movimentos sociais. Juntas, essas regiões compõem a 10ª Região Administrativa (RA) de São Paulo⁹ (Figura 1).

É importante registrar que nossa opção de estudo e recorte territorial, como definimos originariamente, no projeto de pesquisa, incide sobre o Pontal do Paranapanema; mas, com a execução da investigação, avaliamos ser importante incorporar a Alta Paulista, por entendermos haver muitas semelhanças no que concerne às atenções dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra, quanto às terras improdutivas, já que as áreas devolutas têm menor incidência, e também às estratégias utilizadas pelos capitalistas que buscam terras, parceiros para novos investimentos, e que guardam muitas semelhanças. Percebemos que esses aspectos podem nos possibilitar apreender um pouco mais da dinâmica territorial da luta de classes no campo, num ambiente social marcado pelo conflito em torno da posse da terra e, conseqüentemente, de projeto de sociedade.

Para os 103 assentamentos do Pontal do Paranapanema, há 5513 lotes e 133.618 ha envolvidos, e o valor bruto total, para a safra 2004/2005, girou em torno de R\$ 39 milhões, sendo que o leite correspondeu a 52% desse montante¹⁰. Apesar de os números revelarem situação preocupante, do ponto de vista do rendimento dos

⁸ Se considerarmos a definição do recorte territorial Oeste Paulista, adotado pela UDOP, faltariam ainda a 8ª RA (S. José do Rio Preto), a 9ª RA (Araçatuba) e 11ª RA (Marília) inteiras, e partes das 7ª RA (Bauru) e 4ª RA (Sorocaba). Como a UDOP considerou as 19 Regiões de Governo que englobam o que define como Oeste paulista, apenas fica o registro para os interessados estarem avisados sobre as opções dos recortes territoriais.

⁹ Para efeito de esclarecimento, a região do Pontal do Paranapanema contém a mais o município de João Ramalho, quando comparado à Região de Governo de Presidente Prudente, que juntamente à Região de Governo de Dracena, forma a 10ª RA de Presidente Prudente.

¹⁰ Cf. entrevista concedida por Fábio Luis Nogueira de Almeida ao jornal *O Imparcial*, de 20 de maio de 2007.

camponeses assentados, o leite é agregador do núcleo familiar, mesmo que o baixo número de vacas lactantes não envolva todos os membros da família, mas garante de forma parcial, mas constante, os rendimentos familiares.

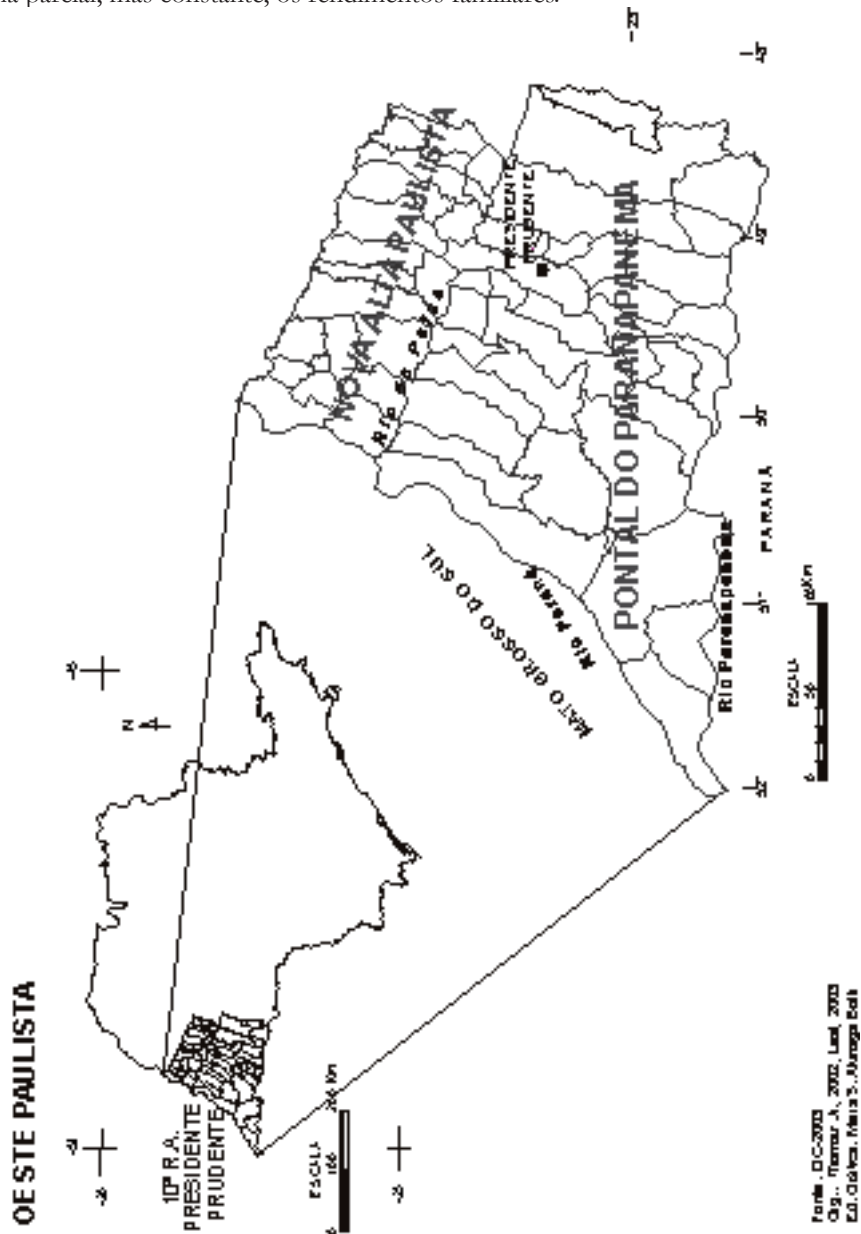


Figura 1 - Localização da área de estudo.
Fonte: IGC, 2003.

O que se anuncia, com a ampliação dos assentamentos no cultivo da cana-de-açúcar, é a quebra da unidade da família camponesa, agora estimulada a fazer parte de um *grande negócio*, alardeado como bem-sucedido, que, para a maioria dos entrantes, já expressa os principais aspectos negativos, tais como: endividamento, desagregação da família trabalhadora e frustração.

Há uma estreita sintonia entre esse episódio, que tratamos como *agronegócio alcoolizado* – para abusarmos do seu sentido metafórico – e que promete se consolidar como um assunto de política de governo e de Estado, portanto, muito mais do que mera iniciativa de política conjuntural, e os interesses dos grandes grupos transnacionais do setor agro-químico-alimentar-industrial-financeiro e, possivelmente, com mais extensão e ramificações.

No que concerne ao setor de pesquisas e melhoramento genético relativo ao setor produtor de cana-de-açúcar, há algumas empresas e instituições públicas que desenvolvem pesquisas, que mais se notabilizam, tais como: Centro de Tecnologia Canavieira (CTC)¹¹, que se faz presente com relevado destaque, pois as variedades SP, que levam sua marca, representam um pouco mais de 50% dos canaviais, em todo país; Cana Vialis e Alellyx, ligadas ao Grupo Votorantim, que desenvolvem pesquisas na área de melhoramento, com base na genética clássica e na biologia molecular, respectivamente. No setor público, em São Paulo, há a conjugação de forças para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), ligado à Secretaria de Estado da Agricultura; a estrutura de pesquisa do ex-Planalsucar, agora sob a responsabilidade do Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de São Carlos, que continua a produzir as variedades RB, que, juntamente com as SP, da Coopersucar, representam quase 75% de toda a área plantada no Brasil; a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), que congrega os institutos de pesquisa do setor público estadual (Instituto de Economia Agrícola, Instituto Agronômico de Campinas, Instituto Biológico, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Zootecnia), 14 Ministérios, 23 Universidades (Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel (RBTB), Pólo Nacional de Biocombustíveis (Piracicaba).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), somente a partir de 2005 passou a dedicar-se às pesquisas com cana-de-açúcar, particularmente devido ao incentivo do então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Através da EMBRAPA Energia, assumiu o desafio de “desbravar as fronteiras agrícolas [...] e criar condições de plantio nos estados de Minas Gerais, Goiás, no cerrado, e até no Maranhão, regiões com logística interessante e onde o preço da terra é mais barato do que o da região de Ribeirão Preto”¹². A EMBRAPA está ousando ainda mais com

¹¹ A COOPERSUCAR, no final de 2004, promoveu uma série de rearranjos internos, sendo que o ex-Centro de Tecnologia da COOPERSUCAR, localizado em Piracicaba (SP), passou a ser gerido pelo grupo Resende Barbosa.

¹² A *Revista Pesquisa*, nº 135, de maio de 2007, editada pela da Fapesp, trouxe o artigo Pesquisa e Inovação

a liderança de um consórcio que vai reunir Instituições de Pesquisas, pesquisadores renomados, iniciativa privada, sob a liderança da FIESP, para desenvolver investigações na área de agroenergia. Está, na prática, inaugurando o modelo de parceria denominado de Empresa de Propósito Específico (EPE), previsto na Lei de Inovação¹³, cujo principal objetivo é ampliar o volume de recursos para a investigação científica de alto nível, produzir pesquisas sem as amarras do setor público, para aumentar a competitividade do agronegócio, no Brasil, especialmente desenvolver tecnologias na área de etanol.

O Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE), associado à Universidade Estadual de Campinas, sob a coordenação geral do professor Rogério Cerqueira Leite, com apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia¹⁴, foi contemplado com R\$ 3,7 milhões, para desenvolver pesquisas¹⁵, a fim de viabilizar a produção de álcool via bagaço e palha, ou seja, obter o etanol através do processo de hidrólise enzimática¹⁶, utilizando celulases (enzimas produzidas por microorganismos), que, na prática, proporcionará a produção de álcool, a partir da quebra das moléculas de açúcar da celulose, após o processo de fermentação. Os estudos estão sinalizando que a adoção dessa tecnologia permitirá aumento na produção de etanol à base de, para cada milhão de litros produzidos pela destilaria, por dia, 150 mil litros de etanol do bagaço.

Outros estudos, também desenvolvidos no âmbito da Universidade pública e igualmente vinculados aos interesses privados, destacam-se na órbita da hidrólise enzimática¹⁷, ou da transformação da celulose em açúcar, e, em consequência, da produção de etanol, como é o caso do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CT/UFRJ), que conta com o apoio financeiro da PETROBRÁS.

S/A – Embrapa e iniciativa privada querem criar empresa de tecnologia para o etanol.

¹³ Como prescrito no artigo 5º, que autoriza a “União e suas entidades a participar minoritariamente do capital de empresas privadas de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processos inovadores”. *Revista Fapesp*, nº 135, 2007, p. 26. Essa EPE segue o modelo de uma sociedade anônima e a EMBRAPA tem 40% do capital, e o mais estimulante – afirma o presidente da EMBRAPA – é que somente com a aprovação do presidente da República a EPE se institucionaliza.

¹⁴ Da mesma forma que o CNPq, órgão de fomento à pesquisa vinculado ao MCT, disponibiliza grandes somas de recursos para financiar pesquisas na área do agronegócio.

¹⁵ O pesquisador responsável desse projeto, professor Carlos Eduardo Vaz Rossell, também integra há mais de 20 anos a equipe de pesquisa do Grupo Dedini, em Piracicaba, e está empenhando seu nome também para registrar a nova tecnologia, denominada de Dedini Hidrólise Rápida (DHR).

¹⁶ Há também a alternativa da adição de ácido sulfúrico nos resíduos, o que se denomina de hidrólise ácida, que atuará como a hidrólise enzimática, para quebrar os polímeros da celulose e da hemicelulose.

¹⁷ O principal argumento favorável à hidrólise enzimática é que poderá possibilitar o aumento da produção, sem demandar mais área plantada de cana-de-açúcar. Segundo estudos coordenados pelo professor Nei Pereira Júnior, do CT/UFRJ, o desenvolvimento de enzimas eficientes para processar o bagaço e a palha da cana complementa a via tradicional de produção do etanol, a partir do caldo, e possibilita o aproveitamento das biomassas residuais, tanto da fração celulósica quanto da hemicelulósica.

É sabido que as maiores empresas que produzem sementes transgênicas (Syngenta, Monsanto, Dupont, Dow, Bayer, BASF) têm elevadas somas de investimentos em cultivos concebidos para a produção de biocombustíveis, como o etanol e o biodiesel.

Da mesma forma, interligam-se, por meio de acordos específicos, com outras transnacionais que atuam e dominam o comércio mundial de grãos, tais como a Cargill, Archer, Midland, Bunge. Assim, nem a comunidade internacional, tampouco as nações que estão sendo chamadas para liderar a produção de combustíveis renováveis, como o Brasil, não estão livres da contaminação transgênica, uma vez que as investigações estão voltadas para a obtenção de novos tipos de manipulação genética da cana-de-açúcar, soja – e não deverá tardar –, a mamona, o girassol, a canola¹⁸, o pinhão manso, o dendê (ou óleo de palma¹⁹, como é mais conhecido no exterior) etc.

No caso das matérias-primas oleaginosas que despertam os interesses de assentados, Estado, empresas processadoras, grande capital (industrial, financeiro etc.), para a viabilização da produção do biodiesel, as pesquisas ainda não estão tão avançadas como no caso da cana-de-açúcar, exceto para a soja, algodão e, em alguma medida, a mamona. Sob o foco das preocupações do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, tanto as instituições públicas, como a EMBRAPA e as Universidades públicas, como também instituições privadas, estão se envolvendo diretamente nas pesquisas para apresentar alternativas mais otimizadas, em relação às matérias-primas mais produtivas para a consolidação das plantas de biodiesel²⁰, podendo ser obtido por meio da reação com álcool e catalisadores (transesterificação) ou através da destilação com catalisadores (craqueamento).

Das informações divulgadas e das pesquisas em andamento, o dendê é o produto com maior potencial, podendo alcançar até 15 toneladas do produto por ha ou aproximadamente 5 mil litros de óleo. Também tem ocupado destaque a performance da mamona²¹, com capacidade de gerar até 1500 litros por ha; a soja, com mil litros/ha; o girassol, 700 litros e 50% de rendimento de óleo; o pinhão manso, com 400 litros/ha²². Este último tem sido muito difundido, mas ainda faltam informações para a definição de sistemas de produção rentáveis, pois não há

¹⁸ Canola é a sigla para Canadian Oil Low Acid (óleo canadense de baixa acidez), sendo que a planta é resultado de melhoramento genético da colza.

¹⁹ A produção em larga escala do óleo de palma já causou a devastação de grandes extensões de florestas, na Colômbia, Equador e Indonésia. Na Malásia, maior produtor mundial, são alarmantes os índices de devastação.

²⁰ Não há informações precisas, mas se presume que existem, em operação, 12 unidades produtivas de biodiesel no país, mais de 60 em implantação e 18 unidades experimentais, gerando informações para as pesquisas em andamento.

²¹ A boa aceitação do óleo de mamona, nesse contexto bioenergético, deve-se ao fato de ser o único, na natureza, que é solúvel em álcool, constituindo fonte de matéria-prima para mais de 800 produtos.

²² Há uma série de outras plantas que já vêm sendo incluídas nas pesquisas, com destaque para o gergelim, que é a que mais concentra óleo por unidade de semente, com apenas 60 dias de ciclo; o amendoim, que vem sendo consorciado com a cana-de-açúcar e traz várias vantagens para a gramínea, na fixação de nitrogênio; a canola, sem contar as mais de 100 espécies nativas de palmeiras amazônicas. Na Argentina, já existem iniciativas para a produção de biodiesel a partir de algas marinhas. A gordura animal ou o sebo (tanto de bovinos como de frangos e suínos) também podem ser alternativas, a partir do processo de transesterificação.

resultados seguros quanto ao rendimento da planta, sobretudo porque “ainda não foi domesticada”²³, e sua cultura em larga nunca foi estudada em detalhes²⁴.

O mais preocupante, nesse processo, além da rapidez meteórica com que o assunto tem sido tratado, é que as informações preliminares, objeto das pesquisas que estamos empreendendo sobre o assunto, reforçam a concepção de modelo de produção à base da monocultura, em grandes extensões de terra ou ainda consorciada, e mesmo sob o formato da pequena produção familiar, todavia totalmente refém do esquema concentrador que garante às empresas beneficiadoras controle de todo o processo. É no interior desse mesmo processo que os biomas igualmente se tornam reféns, sem contar que já apresentam sérios problemas ambientais quanto à histórica trajetória de expulsão e expropriação das comunidades autóctones, à destruição das espécies nativas, das nascentes, dos solos, tais como o cerrado (quando se defende a fácil adaptação da mamona), e a Amazônia (quando se atrela como prática conservacionista a exploração do dendê)²⁵.

III

A presença de Jeb Bush (John Ellis Bush), irmão do presidente *comboy*, num momento especial e estratégico para as oligarquias do agronegócio, selou a aliança com a Comissão Interamericana de Etanol, organização não governamental privada, criada em dezembro de 2006, que reúne os principais representantes do setor financeiro internacional, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²⁶, dos grupos agroindustriais canavieiros, setores ligados à exportação, distribuição e comercialização, tais como *trades* etc., setores envolvidos na Associação Brasileira de *Agrobusiness* (ABAG). Tampouco poderiam faltar os resultados da 1ª Cúpula Energética da América do Sul, realizado na ilha de Margarita, na Venezuela, nos dias 15 a 17 de abril de 2007. Apesar de enquadrar-se em outro eixo de reivindicações, na prática, os elementos centrais não se diferenciam, pois, para Hugo Chavez –

²³ Cf. BITTENCOURT, 2007, p. 10.

²⁴ Pesquisadores da EMBRAPA-Algodão, em Campina Grande (PB) têm alertado igualmente para o desconhecimento dos parâmetros de plantação, espaçamento, produção de mudas e principalmente pragas e doenças. A vantagem de ser perene não é seguida da descontinuidade do amadurecimento dos frutos, exigindo várias colheitas manuais (OLIVEIRA, 2007).

²⁵ Somente na Amazônia, estudos indicam que há a possibilidade de serem incorporados à exploração 50 milhões de ha, sem que seja necessário desmatar, bastando apenas utilizar as terras que já foram degradadas. Nisso transparece de forma clara e inequívoca o conteúdo irresponsável de quem planeja e indica soluções afinadas com os interesses das empresas e do grande capital. Em nenhum momento se põem em questão, possíveis alternativas para a recomposição e reterritorialização da vida comunitária, dos nativos, indígenas, seringueiros, portanto alternativas sustentáveis ecologicamente, em consonância aos biomas naturais.

²⁶ O Banco tem um papel fundamental nessa empreitada. De um lado, estimular e financiar a expansão dos canaviais e a ampliação da produção de etanol, nos países da América Central e Caribe, e, por outro, transformar o combustível em *commodities*. Para tanto, o BID está concluindo um estudo minucioso sobre o estado da arte da produção da cana-de-açúcar, nessa região, para avaliar áreas disponíveis e potenciais para o plantio da gramínea e a instalação de novas unidades agroindustriais canavieiras.

anfitrião do evento – e Evo Morales – chefe de Estado boliviano –, a produção de biocombustíveis e, particularmente, de etanol não deve estar associada à produção de alimentos, nem continuar apostando nas grandes extensões monocultoras. No entanto, ambos os presidentes não propuseram nenhuma modificação ao *estado da arte*, no que tange à distribuição.

Para aqueles que acreditam que o *lobby* encimado nas figuras de Lula-Bush tenha qualquer conteúdo de seriedade, no que se refere à efetiva importância dos combustíveis renováveis para os trabalhadores, para a sociedade em geral, sentimos desapontá-los, pois é puro jogo de *marketing*. Se, de um lado, poderíamos argüir os interesses dissonantes entre os dois presidentes, já que representam povos diferentes, ambos estão preocupados em apresentar alternativas para os grandes grupos transnacionais que já operam nessa atividade. E, o mais importante, são os desdobramentos do que representam para cada um dos lados: vantagens comparativas nas transações comerciais e garantias de nichos de mercado e ganhos adicionais.

Então, os vínculos políticos e estratégicos, e os interesses econômicos do capital, revelam quão complexo é o território de operações da produção-comercialização-consumo de combustíveis renováveis e biocombustíveis, tendo em vista que a verdadeira intenção do grande capital é dar o *start* para a construção do mercado global de biocombustíveis.

Os desdobramentos sociais, econômicos, políticos, territoriais e ambientais evidenciam significativa amplitude, a começar pela intensificação dos problemas já conhecidos antes do *boom* e que, daqui para frente, a continuar a ofensiva do capital e dos governantes que falam em nome desse projeto de sociedade amparado nas grandes estruturas de produção, nas monoculturas, nos monopólios e nas desigualdades sociais, a intensidade da expansão da *cultura* da cana-de-açúcar, fundada nas grandes extensões de terra e na monocultura, bem como a conversão de alimentos para a produção de combustíveis para carros de passeio, somente vai consolidar outra *cultura*, a do consumismo; trata-se de uma cultura marcadamente destrutiva, a qual poderá promover um grande dinamismo na economia, embora a produção de alimentos esteja ainda mais seriamente ameaçada. Há quem duvida disso e continua a pregar a crença e a confiança nos projetos do grande capital. Vejamos o que propõe a CEPAL/FAO (2007, p.7):

Portanto, é importante que os países desenhem políticas de biocombustíveis que promovam e assegurem a rentabilidade, como também que os benefícios da produção de biocombustíveis alcancem as zonas rurais e garantam e promovam o acesso à alimentos dos setores mais desprotegidos.

O autor vai mais longe quando destaca o *Selo Combustível Social* do Programa de Biodiesel no Brasil o qual promove a *inclusão social* e o desenvolvimento regional.

Se, de um lado, conforma-se um desenho particular de controle social calcado na aliança entre burguesia agroindustrial, latifúndio grilado e terras improdutivas, com base nos expedientes regressivos da legitimação das terras devolutas, por outro se encontram os trabalhadores, numa complexa trama de relações que ganham, em suas fileiras, não somente os camponeses que originariamente compuseram os movimentos sociais atuantes no Pontal do Paranapanema, desde o início da década de 1990, como o MST, reivindicando acesso a essas terras, Reforma Agrária, mas também número crescente de trabalhadores (ex-assalariados), egressos dos campos e das cidades.

Há, portanto, disputas e tensionamentos internos aos setores do capital, que estão no cerne da ampliação do empoderamento, para alguns, ou na legitimação do poder de classe, para outros, especialmente os latifundiários que ainda ocupam terras públicas e devolutas, como no caso concreto do Pontal do Paranapanema.

O entrecruzamento dessas ações que estão sendo guiadas pelo processo expansionista do capital, no campo, reflete as novas faces das contradições que estão na base desse movimento de (re)ordenamento territorial do espaço produtivo e que expressa a atualidade do capitalismo tardio, no Brasil.

Na verdade, a pragmática que se adequa aos imperativos neoliberais e aos receituários oriundos da acumulação flexível intensifica o desmonte vigoroso da reestruturação produtiva do capital, seja pela intensificação dos investimentos em novas tecnologias e difusão da microeletrônica, seja pela descentralização ou realocação das plantas, seja pelas distintas ações de controle e gestão da força de trabalho, subcontratação e terceirização, desregulamentação, seja pela intensificação da superexploração da força de trabalho.

De modo geral, a racionalidade do capital está assegurada pela busca constante de eficiência, aumentos de produtividade guiados por rebaixamento de custos, sendo que a diminuição do tempo necessário de trabalho se dá a partir da dispensa de enormes contingentes de trabalhadores, da destruição das forças produtivas, ao invés da redução da jornada de trabalho seguida do aumento do ócio. Assim também a flexibilização do mercado de trabalho é um fetiche, pois não é uma solução para aumentar os índices de ocupação, como vem sendo defendido, inclusive por sindicalistas, mas, ao contrário, é uma armadilha que vem sendo imposta pelo capital e incentivada pelo Estado, para fazer valer a diminuição dos salários reais no bojo das condições degradantes de trabalho que lhes dá sustentação.

Parafraseando Marx, queremos asseverar que, se a técnica e a tecnologia não são contra o trabalhador, porém a favor do capital, o que fazer se o que está em questão não é nos posicionarmos contra as técnicas, mas sim aos pressupostos e objetivos de sua utilização, diante da ordem metabólica do capital²⁷?

²⁷ Cf. THOMAZ JR., 2007d.

Sobre a superexploração do trabalho, em particular, o que temos para a agroindústria canavieira, apesar de todos os outros estarem presentes, seja nas atividades tipicamente agrícolas, seja no processamento (agro)industrial, são combinações entre diferentes formas de gestão e controle do trabalho. Esses elementos ocorrem, de sorte que o que se *vende* de moderno, de tecnologicamente mais avançado e baluarte do agronegócio, no Brasil, nubla relações de trabalho regressivas e dispositivos contratuais e de aliciamento que fazem inveja à pior tirania dos senhores de escravos.

No caso específico das atividades agrárias, as mesmas não se restringem apenas à forma salário, na quantidade de cana cortada ou no ganho por produção. Também se expressa por intermédio da extensividade da jornada, nas péssimas condições de trabalho, no transporte inadequado e inseguro, na negligência do capital em relação aos EPI's, no descumprimento dos contratos de trabalho e das normativas trabalhistas, na redução dos direitos sociais, nos alojamentos insalubres e desconfortáveis, que servem de abrigo para os trabalhadores, sobretudo os migrantes, oriundos das regiões Nordeste e Norte de Minas Gerais, nas formas assemelhadas de escravidão, de superexploração do trabalho etc.

É o caso também de recorrermos à Norma Regulamentadora 31, ou somente (NR-31), publicada através da Portaria 86, no *Diário Oficial da União*, em 4 de março de 2005, a qual tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquíicultura, com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho. Assim, os procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) têm-se valido desse instrumento para exigir dos empresários agroindustriais canavieiros o cumprimento dos acordos coletivos, além de fortalecerem a intenção de extirpar o pagamento do corte da cana por produção²⁸.

A principal exigência apontada pelos procuradores deve-se à proteção da saúde e segurança, no trabalho rural, pois a NR-31 exige pausas para descanso dos trabalhadores, fornecimento de água fresca, local adequado para refeição, pronto atendimento médico, sanitários etc. Prometem os promotores que estarão fiscalizando desde o início da safra 2007/08 todas as empresas da região do Pontal do Paranapanema, mas se sabe, de antemão, tratar-se de assunto polêmico. Apesar de os trabalhadores reclamarem do sistema de pagamento por produção, não conseguem vislumbrar alternativa capaz de substituí-lo, sobretudo os mais novos, que ainda alimentam a expectativa de auferirem rendimento em torno de 15 toneladas de cana/dia, o que lhes pode proporcionar ganho de R\$1100,00/mês.

No entanto, à base de R\$2,40 por tonelada, cada trabalhador tem de desfechar 900 golpes por tonelada, ou 13.500 golpes no podão, deslocando-se de

²⁸ Durante a realização das entrevistas, o procurador da 15ª Região de Bauru, Dr. José Fernando Rui Maturana, asseverou-nos que continuará utilizando todos os expedientes legais para conscientizar os atores do setor, sobre a necessidade do fim do pagamento do corte por produção.

5 a 6 km, durante a jornada, para cortar 15 toneladas de cana num único dia. Sem contar o roubo na medição em campo e na balança, que pode alcançar até 40% do trabalho efetivo do trabalhador, presume-se que o mesmo precisa cortar mais de 21 toneladas para efetivamente ser remunerado à base de 15 toneladas. Exceto a experiência do Quadra-Fechada²⁹, implementada pelo Sindicato dos Empregados Rurais (SER) de Cosmópolis, é uma rotina o roubo na medição, na pesagem e no pagamento do trabalhador, mas não há uma atitude coletiva e abrangente, para pôr fim a essa roubalheira. No sistema do Quadra-Fechada, o diferencial está no controle que o sindicato tem, desde a escolha do talhão para a medição referencial, os procedimentos a serem utilizados, o acompanhamento de todas as áreas de campo e da recepção das canas, na balança.

Nesse sentido, se, para alguns usineiros, os bóias-frias cortadores de cana-de-açúcar *ganham bem* ou seus salários estão muito acima da média, como noticiado pela mídia, nos últimos dias, poderiam, na verdade, ganhar muito mais, se não fossem tão lesados na medição, na conversão metro-peso, na pesagem e, conseqüentemente, no pagamento. Em outras palavras, para ganharem mais, os trabalhadores têm que cortar mais cana e, quando cortam mais, também são lesados em quantidades mais expressivas, compondo uma roda sem fim. Apesar R\$1.100,00 a R\$1.200,00 mensais, para um trabalhador envolvido no corte da cana-de-açúcar, ser um salário expressivo, essa quantia é auferida por uma minoria, porque a média se situa em torno de R\$600,00 a R\$800,00, sendo que isso só se realiza durante o período da safra; nos demais meses, poderá estar desenvolvendo outras atividades ou mesmo permanecer desempregado.

Esses fatos, somados à crescente substituição do corte manual pelas colheitadeiras mecânicas, incrementam ainda mais os já complexos problemas sociais em torno da agroindústria canavieira. A despossessão no limite, em conseqüência do aumento dos investimentos em capital constante, sem que haja políticas públicas para absorver os trabalhadores excluídos do corte manual, tem elevado crescentemente o número de trabalhadores desempregados, marginalização, criminalidade etc. Sabe-se, ainda, que os índices de mecanização são diferenciados para as diferentes regiões canavieiras: enquanto, para o Estado de São Paulo, a média gira em torno de 45%, para a região Centro-Sul esse patamar está na faixa de 35%, sendo que, para a região de Ribeirão Preto, esse percentual alcança aproximadamente 70%, na safra 2006/2007³⁰.

No outro extremo, esse processo também tem impactado no aumento cada vez mais expressivo de contingentes inteiros de trabalhadores e suas famílias, que engrossam as fileiras das ocupações de terras, em várias porções do território,

²⁹ O professor Roberto Novaes, do Departamento de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, elaborou documentário que tem o mesmo nome e que ilustra muito claramente o princípio do “Quadra-Fechada”.

³⁰ Entrevista divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* – “Mais mecanização geraria desemprego” –, e confirmada pela UNICA.

mas de forma sintomática, no Pontal do Paranapanema, como temos mensurado nas nossas pesquisas.

Tudo isso, de forma conjugada, tem elevado artificialmente a produtividade do trabalho no corte da gramínea, sem que os trabalhadores tenham percebido benefícios ou ganhos adicionais, a não ser apostando na diminuição da idade útil, que está atrelada ao patamar *de corte no corte*³¹. Ou seja, as empresas têm aumentado ano a ano o patamar médio do corte manual por dia de trabalho. Em decorrência, se hoje a média está determinada em 14 toneladas, quem não atinge essa marca muito dificilmente terá o emprego na safra seguinte, sem contar que essa referência de produção/dia/homem, na safra 2000/2001, para tomar um ano emblemático do início do século, situava-se na faixa de 10 a 11 toneladas.

Já a atividade agroindustrial da cana-de-açúcar, na planta fabril, mesmo que ainda não seja objeto desta investigação, contudo, como vimos acompanhando esse assunto ao longo dos tempos³², permite-nos depreender as combinações da intensificação do trabalho às formas relativa e absoluta da extração da mais valia. É como se estivéssemos constatando formas combinadas ou variações do toyotismo com o fordismo/taylorismo, muito mais restrito do que sistêmico³³, todavia marcantes na aplicação desse *novus* receituário. Assim, marcadamente: 1) na intensificação e exploração da força de trabalho, como constitui claro exemplo o conjunto flutuante e flexível das atividades com aumento das horas-extras; 2) a diminuição de postos de trabalho e a seguida distribuição das tarefas com aqueles que permanecem, sem que haja, a princípio, qualquer inovação tecnológica ou ações incrementais; 3) a implementação dos sistemas de controle de qualidade (CQ), com características específicas para cada empresa, mas com alcance semelhante para envolver os trabalhadores como colaboradores da empresa e à interação da gestão do capital; 4) redução a níveis mínimos dos trabalhadores mais qualificados, mas multifuncionais, ou seja, que as atividades que requerem elevado grau de especialização envolvam o trabalhador a um *alto grau de adaptabilidade às variações de ritmo, função e de papel*³⁴; 5)

³¹ Durante a realização da pesquisa da Tese de Doutorado, pudemos constatar, em todas as regiões canavieiras de São Paulo e em algumas no Nordeste, mas com menor ocorrência, a prática deliberada de incentivo ao aumento contínuo da média de corte por homem/dia. Regrada pela performance do corte mecanizado, esse expediente tem igualmente lógica própria, pois, como se sabe, as empresas não levam em conta somente os aspectos econômicos (custos comparativos) e técnicos (capacidade/produtividade da máquina), para adotar, intensificar e regularizar o corte mecanizado. Essa prática utilizada pelo capital, que denominamos, em 1996, de “Bingo da Morte”, continua a fazer sentido até hoje, porque o trabalhador, quando imerso nesse processo, como no Bingo, apenas *arrisca* antecipar sua vida útil (para o trabalho) e até sua morte, tamanho o desgaste físico. Isso, mais recentemente, tem-se tornado público, com as mortes de vários trabalhadores, através das denúncias de pesquisadores, tais como os estudos coordenados pela professora Maria Aparecida Moraes Silva, sindicalistas da FERAESP, e Ministério Público estadual, os quais divulgaram a morte de 19 trabalhadores, desde abril de 2004, e que a vida útil no corte da cana-de-açúcar se situa em torno de 12 anos.

³² Como pudemos averiguar, de forma detalhada e mediante abrangência quase censitária, na nossa Tese de Doutorado e nas pesquisas a que demos continuidade.

³³ Cf. ALVES (2000).

³⁴ Cf. VASAPOLLO (2005).

intensificação da terceirização no interior da planta, por tratar-se de fluxo contínuo, e tantas outras reformulações.

Nos últimos tempos, estão-nos chamando a atenção os investimentos do capital na inclusão digital, expressão que contém variadas intencionalidades de efetivação de novas concepções de controle de processo ou, mais propriamente, de controle e gestão do processo do trabalho ou dos trabalhadores, na planta fabril, com base nas tecnologias de informação (TI), o que já está mais avançado em outros setores e ramos produtivos. A seqüência das pesquisas é que vai nos indicar, com mais precisão, os significados e abrangências desse processo, mas já estão em operação os sistemas automatizados através de controladores lógicos programáveis (CLP) e vinculados a programas computacionais e à *internet*, que integram a gestão das empresas filiais ou as novas plantas instaladas em outras regiões produtoras de São Paulo, particularmente no Oeste do Estado, à matriz. A título de exemplo, poderíamos citar o caso da Usina Santa Adélia, localizada em Jaboticabal, e a nova empresa que está instalando, a 350 quilômetros, no município de Pereira Barreto, no baixo Tietê.

Essa *nova* alternativa de controle territorial do trabalho, por intermédio das TPs, da *internet*, põe em cena novos desafios para os trabalhadores e suas entidades de organização, uma vez que não significa tão-somente uma nova racionalidade qualquer do capital, com intenções de conter custos de produção, mas a centralização do controle do processo de trabalho na matriz.

Se, para um setor ou segmento da atividade econômica, um ou outro elemento pode se combinar com outros e ter menos importância conjuntural, e tantas outras combinações possíveis, o que importa é sabermos que esse processo comporta elementos de continuidade e de descontinuidade, por onde confluem níveis elevados de diferenciação e heterogeneidade tecnológica, produtiva e de gestão do trabalho, no interior das empresas, fato que será uma marca da reestruturação produtiva, no Brasil (ANTUNES, 2006).

IV

Partindo desses pressupostos e amparados em pesquisas anteriores³⁵, podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças. Para o momento, ultrapassa os limites deste texto cuidar das ações do capital nesse ínterim, pois nossa preocupação

³⁵ Aqui poderíamos lembrar a Tese de Doutorado (THOMAZ JÚNIOR, 1996) e a atualização das informações para publicação (THOMAZ JÚNIOR, 2002), além de outros trabalhos de pesquisa (THOMAZ JÚNIOR, 2001) e da orientação de trabalhos de Mestrado, de Doutorado, e os Trabalhos de Campo que temos realizado, sistematicamente, em várias regiões produtoras do Estado de São Paulo, ao longo dos últimos 10 anos.

se concentra nas ações e investidas do capital na forma do espalhamento das plantas fabris e, a espacialização do fenômeno canavieiro, a partir da expansão das áreas de plantio de cana (Figura 2), nos movimentos que redefinem a Geografia canavieira.

Apesar de empregarem diferentes expedientes, dentro da mesma estratégia, formalizando contratos com proprietários regulares, via de regra pecuaristas decadentes, também estão apostando no futuro do empreendimento como um todo, por meio da tentativa de legitimar grandes extensões de terras públicas, devolutas e improdutivas, por contratos de arrendamento, pois assim dividem os “riscos” com os grileiros, usufruem dos baixos preços e podem contribuir para a regularização dessas terras, o que lhes garantirá prioridade na aquisição das mesmas e a oportunidade de se manter à frente dos negócios.

Apesar das limitações das informações de que dispomos, no momento, a Figura 2 ilustra a situação das áreas canavieiras no Estado de São Paulo, para dezembro de 2005. Estamos elaborando mapas, a partir de imagens de satélite, para quatro momentos diferentes: 2000, 2003, 2006 e junho de 2007³⁶.

Então, o avanço da cana-de-açúcar para o Oeste paulista poderá ser entendido com mais detalhes, a partir dos mapas que ofereceremos, num segundo momento, o que vai ficar para outro texto.

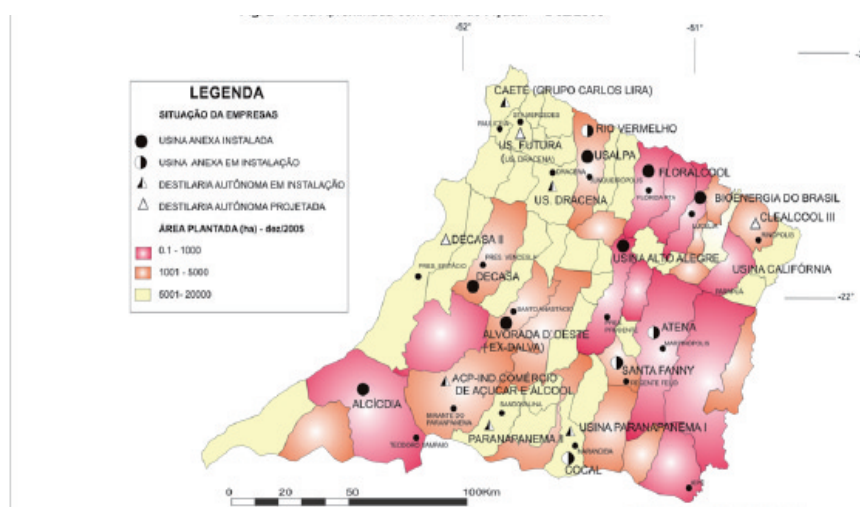


Figura 2 - Área aproximada com cana-de-açúcar.

Fonte: Trabalho de campo/2007.

³⁶ Esse trabalho está sendo realizado por meio de estágio que conta com a presença de estudantes quintanistas do curso de Engenharia Cartográfica e da Geografia, sob a orientação da professora doutora Maria de Lourdes Bueno Trindade Galo, especialista em sensoriamento remoto, vinculada ao Departamento de Cartografia da FCT/Unesp.

Dessa forma, se considerarmos o cenário que a UDOP aponta, até o ano 2010, a cana-de-açúcar se expandiria sobre as áreas das pastagens degradadas, no Oeste paulista, à base de 1,5 milhão de ha, liderada pela implantação de mais 40 novas unidades agroindustriais, com capacidade para moer mais de 80 milhões de toneladas, acrescidos aos 20 milhões de toneladas relativos às unidades associadas já instaladas, que somam 61, o que totalizaria um montante de aproximadamente 2,7 milhões de ha com cana e 185 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, distribuídos por 101 plantas processadoras³⁷. O estoque potencial de terras para expansão da cana-de-açúcar está no centro das atenções, já que, nas áreas tradicionais de produção de cana-de-açúcar, em São Paulo, há pouca disponibilidade de terra, o que eleva ainda mais seu preço e torna inviável a expansão dos canaviais, a não ser que haja novos fatos e que se redefinam as orientações econômicas dos elementos que compõem a renda da terra.

O processo de concentração, através de fusões e participações no controle acionário, intensifica-se na virada do milênio. É o caso de destacarmos o Grupo Cosan, o maior do país, com 17 empresas e o correspondente a 10% do total da cana moída. Da mesma forma que, nos últimos meses, está em processo uma mega-fusão, dessa vez envolvendo a *trading* Crystalsev, que comercializa açúcar e álcool, no exterior, e as oito empresas que a controlam.

A grandiosidade desse processo traz em si os vícios de uma cultura quinhentista, que primou por ser historicamente excludente e concentradora de terra, de renda, de capital, de riqueza e de miséria.

Podemos adiantar, a esse respeito, que está em processo, no Brasil, uma ampla e marcante reorganização geográfica dos espaços rurais. É importante salientar outras pesquisas em andamento, sob a responsabilidade de outros pesquisadores, como a que está se processando no Maranhão, sob a responsabilidade da professora Maria Aparecida Moraes Silva. Em recente nota, a professora adiantou que os próprios trabalhadores que migram de áreas cada vez mais distantes para o corte da cana-de-açúcar, em São Paulo, são vítimas do próprio setor sucroalcooleiro, uma vez que, com a expansão da cana no centro-sul, em particular em São Paulo e no Triângulo mineiro, e a conseqüente valorização das terras, a pecuária dessa região está se deslocando para outras porções do País, como o que está ocorrendo no caso do Maranhão, onde a formação de novas pastagens, nas áreas de babaçu, motivadas pelo deslocamento das áreas de criação do Oeste de São Paulo em virtude da expansão da cana-de-açúcar, está obrigando os trabalhadores a se mudarem para São Paulo, para o corte da cana-de-açúcar. Isso já tem produzido os primeiros indícios de aumento nos preços, para os consumidores³⁸.

³⁷ Além dos grupos empresariais que já se fazem presentes (Alto Alegre, Branco Peres, Cocal, Ruyter Silva), também instalarão unidades, no Oeste Paulista: Cosan, Olival Tenório, José Pessoa e Carolo.

³⁸ Os veículos de informação especializados estão noticiando, nos últimos meses, que o valor da arroba do bezerro mantém-se em ligeira queda, mas deverá alcançar patamares maiores, se a disparidade entre os ganhos com pecuária se mantiver de 3 a 4 vezes menor, quando comparados ao arrendamento das terras para as agroindústrias canavieiras, ou mesmo à possibilidade de plantar diretamente a cana-de-açúcar e fornecer para as empresas.

Nós também estamos diagnosticando esse processo, nas nossas pesquisas, com marcantes indicações para a Amazônia oriental. Já no caso do Piauí, os pequenos produtores familiares, desterrados pela expansão da soja, produto que migrou em busca de áreas de cerrado, também estão se deslocando rumo ao Centro-Sul, para o corte da cana.

Essa outra Geografia reflete os novos conteúdos da renda da terra, que estão sinalizando a substituição de pastagens, de áreas de *culturas*, além de incidir sobre os biomas naturais, como é o caso do cerrado³⁹, de forma mais gritante, que tem suas áreas de conservação ambiental, terras indígenas, de comunidades quilombolas e camponesas, invadidas pela voracidade do agronegócio. Isso tem repercutido também nas relações de trabalho, nas formas de ser, na empregabilidade/desposseção e na subjetividade dos trabalhadores ou, mais propriamente, da classe trabalhadora.

Por exemplo, para a cana-de-açúcar ou o empreendimento canavieiro conseguir se expandir sobre as áreas cultivadas, sobretudo com laranja e sobre pastagens, é necessário que pague mais renda que os demais produtos – esse é o sentido mais prático dessa formulação. Aliás, esse processo já vem ocorrendo, todavia não sinaliza possibilidades de crescimento da área plantada, na mesma proporção e em condições de competir com os custos da expansão para a região Oeste, quando consideramos as regiões canavieiras de Ribeirão Preto, Piracicaba e Campinas.

Esses elementos, assim como os demais que estamos abordando, têm estimulado as empresas e os respectivos grupos que se encontram instalados nas áreas tradicionais (Ribeirão Preto, Araraquara, Bauru, Piracicaba) a ampliarem seus negócios para outras regiões⁴⁰, da mesma forma que alguns grupos, sediados no Nordeste canavieiro, também têm se interessado pelo Oeste Paulista (Quadro 1)⁴¹,

³⁹ É ainda mais preocupante o que está prescrito no Código Florestal: no caso dos cerrados, nos nove Estados da Amazônia Legal, onde há ocorrência desse ecossistema, exige-se que apenas 35% da cobertura original seja mantida, caindo essa porcentagem, nas demais áreas, para 20.

⁴⁰ Como é o caso dos Grupos Biaggi, Cosan, Bellodi, Carolo, Ruete. O detalhamento da expansão dos grupos agroindustriais canavieiros, das áreas tradicionais para as demais regiões, pode ser encontrado em Oliveira e Thomaz Jr., 2007.

⁴¹ Como já vimos, a denominação Oeste paulista também abrange, sob o enfoque da UDOP, outras porções do espaço paulista; no entanto, vale destacar que a Região de Araçatuba é a que mais está recebendo investimentos e instalação de novas unidades agroindustriais canavieiras, 13 ao todo, sendo que já entram em operação, na safra 2007/2008, seis unidades, seguidas de longe por São José do Rio Preto, com dez unidades, e por Bauru, com quatro novas empresas, e Marília, com apenas uma. Os nomes e as razões sociais das empresas que identificam os grupos continuarão a ser objeto da nossa pesquisa.

Triângulo Mineiro⁴², Norte fluminense⁴³, Goiás⁴⁴ e Mato Grosso do Sul⁴⁵. Sem contar as condições topográficas no Planalto Paulista, muito favoráveis à expansão da canavieira, tendo em vista as áreas planas que se adequam aos planos da mecanização do corte.

O Quadro 1 nos fornece informações atuais da distribuição espacial das empresas agroindustriais canavieiras⁴⁶, na área em estudo, possibilitando-nos compreender a consumação do quadro produtivo já existente para as 11 empresas, bem como a demarcação de outras porções do território que passam a ser incorporadas a esse circuito da economia, com a instalação de mais três unidades projetadas, mas que estão sendo precedidas pelos canais, como constatado *in loco*. Se há alguns anos ou meses atrás, em algumas dessas áreas, a cana-de-açúcar não marcava presença – ao menos algo que se evidenciasse na paisagem agrária –, agora o que se verifica é um processo alucinante de tombamento de áreas de cultivo de alimentos e de pastos para o plantio da gramínea, que, nos próximos meses, já darão outra identidade para essas regiões.

⁴² O primeiro grupo nordestino a se instalar em Minas Gerais foi o alagoano João Lyra, nos idos de 1980, voltando a investir em 2003, com a aquisição de mais uma empresa. O grupo Tércio Wanderley, em 1999, fez o primeiro investimento e, em 2005, outro, com mais duas unidades em implantação. O grupo João Tenório, instalou-se também no Triângulo Mineiro. O Grupo José Pessoa tem, igualmente, uma unidade no Triângulo Mineiro e é proprietário de mais 8 plantas, nos demais Estados produtores.

⁴³ O grupo José Pessoa está acreditando na retomada da cana-de-açúcar, no Norte fluminense, por intermédio da Usina Santa Cruz (Campos/RJ) e da instalação da Quissamã/RJ.

⁴⁴ Em Goiás, destaca-se o grupo Farias, com as unidades de Itapaci, Vale Verde Itapuranga e Anicuns; e o grupo Japungu, com duas unidades, em Goiás, a CRV e a Cooper-Rubi, localizadas, respectivamente, nos municípios de Carmo do Rio Verde/GO e de Rubiataba/GO).

⁴⁵ O principal destaque a fazer é para o grupo José Pessoa, que ampliou suas operações, no Estado do Mato Grosso do Sul, além dos horizontes da CBAA/Brasilândia (ex-Debrasa), CBAA/Sidrolândia. O grupo Tavares de Melo também está apostando na expansão dos negócios para esse Estado, pois, além da Usina Passa Tempo, no município de Rio Brillante/MS, também está à frente da Usina Maracaju, no município de mesmo nome; somente no município de Dourados estão sendo construídas quatro novas plantas agroprocessadoras de cana-de-açúcar.

⁴⁶ Adotamos a mesma nomenclatura que criamos para identificar as empresas agroindustriais canavieiras, na oportunidade da Tese de Doutorado, porque está fundada na identificação do produto preponderante/determinante, o que tem implicações para a identificação corporativa dos trabalhadores e para o capital, ou seja, se seguirmos a nomenclatura que usualmente é utilizada para toda e qualquer agroindústria canavieira com a denominação de usina, estamos nos esquecendo de que essa categoria só produz açúcar, da mesma forma que denominarmos, na razão oposta, toda e qualquer empresa como destilaria, pois essa denominação indica somente a produção de álcool. Então, quando inserimos na nossa classificação “destilaria anexa”, estamos nos referindo às empresas que se iniciaram na produção de açúcar e depois instalaram destilaria para a produção de álcool. Da mesma forma que, quando denominamos “usina anexa”, estamos indicando que se trata de empresas que começaram na produção de álcool (destilarias autônomas) e depois instalaram a fábrica, para produzir açúcar.

NOME FANTASIA	RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO	Grupo Econômico
Floralco	Floralco Açúcar e Álcool Ltda	F l ó r i d a Paulista	João Florentino Bertolo
Branco Peres	Branco Peres Açúcar e Álcool S/A	Adamantina	Branco Peres
Bionergia	Bioenergia do Brasil S/A (ex-Central de Álcool Lucélia Ltda)	Lucélia	Eduardo Silva
Alcídia	Destilaria Alcídia S/A	T e o d o r o Sampaio	Ruyter Silva e Lamartine Navarro Neto
Alto Alegre (Alta Floresta)	Usina Alto Alegre S/A Açúcar e Álcool	P r e s i d e n t e Prudente	Junqueira/Figueiredo
Decasa	Decasa Destilaria de Álcool Caiuá S/A	Caiuá	Olival Tenório/Alagoas
Paranapanema I	Destilaria Paranapanema Ltda (Ex- Destilaria Bela Vista)	Narandiba	Carolo/Usina Albertina/Sertãozinho
Califórnia	Parapuã Agroindustrial S/A (Ex-Destilaria Califórnia)	Parapuã	Toledo/Alagoas
Alvorada	Usina Alvorada do Oeste Ltda (Ex-Dalva)	S a n t o Anastácio	Tarciso José Marques
Paranapanema II	Destilaria Paranapanema Ltda	Sandovalina	Carolo/Usina Albertina/Sertãozinho
Santa Fanny	Destilaria Santa Fanny Ltda	Regente Feijó	Jaques Samuel Blinder
Alta Paulista (Usalpa)	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda (Ex-Vale Verde)	Junqueirópolis	Silveira Barros/Pernambuco
Usina Atena	Atena Tecnologias em Energia Naturais Ltda	Martinópolis	Egreja (Us. Diana/Avanhadava)
Rio Vermelho	Rio Vermelho Açúcar e Álcool Ltda	Junqueirópolis	Antonio Eduardo Garieri/Branco Peres
Dracena	Usina Dracena Açúcar e Álcool Ltda	Dracena	Adriano Rossi

Quadro 1. Empresas Agroindustriais Canavieiras – Pontal do Paranapanema e Alta Paulista – 2007.

Fonte: Mapa, 2006; UDOP, 2006; Trabalho de Campo, 2007.

O que vem ocorrendo, mas ainda muito timidamente, é a tentativa de se estabelecer alguns elementos referenciadores para o processo de expansão da cana-de-açúcar, no âmbito municipal. Verifica-se, a partir dos exemplos conhecidos, a quase que total vinculação dos elementos norteadores aos grupos econômico-corporativos locais e regionais, como é o que ocorreu em Rio Verde (GO). Isto é, por ser o prefeito também um grande sojicultor e estar vinculado aos grupos e lideranças regionais, em nada acrescenta para a comunidade em geral além do já viciado mundo da monocultura, concentrador de renda, de terra e de capital. As disputas inter e intra-

capital, apesar de esperadas, afiguram-se como fetiche, porque seus desdobramentos em nada servem aos trabalhadores. A título de exemplo, buscamos algumas indicações que estão referenciando discussões sobre tentativas embrionárias de zoneamento para a expansão da cana-de-açúcar: a) municípios com até 500 km² só poderão ter 30% de seu território ocupado pela cana; b) quando a área se enquadra entre 500 e 1000 km², 25%, c) redução progressiva, considerando o potencial de diversificação regional; d) atrelam que o mínimo de 30% da cana usada pelas agroindústrias seja comprado de produtores locais, para que não haja monopólio.

Vale observar que esse é um dos elementos a que nos dedicaremos, para as próximas etapas da pesquisa, mas desde já é possível perceber que, sem que a sociedade civil seja mobilizada, os sindicatos, os partidos políticos, os movimentos sociais, a importância de se estabelecer limites e disciplinamento para a ocupação e formas de uso das terras é apenas uma falsa questão, um fetiche que tende a camuflar as estratégias anárquicas de expansão do agronegócio, no Brasil.

Com base nisso, acreditamos ser imprescindível a prevalência das formas de uso e exploração do território ou zoneamento agroecológico que priorizem as organizações familiares e camponesas, estruturadas à base da sustentabilidade ambiental e da policultura, e que tenham a regência da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar.

No entanto, já temos claro que, apesar de o elemento econômico ser imprescindível, os aspectos estratégicos vinculados aos interesses de classe, tais como a legitimação das terras devolutas e improdutivas, bem como o desmonte dos assentamentos, por meio do cultivo de cana-de-açúcar, ocupam lugar central nessa porção do território. Nessa perspectiva, se o empresário canavicultor tem mais capacidade de *remover* o obstáculo da propriedade da terra, para expandir seus negócios, em comparação a outros interessados na mesma área, vai alcançar êxito, de que decorre o componente político do assunto, na região em estudo.

Por isso, o avanço dos canaviais para o Oeste de São Paulo não estaria colidindo com os interesses dos pecuaristas, pois se estabelece entre as partes a mediação do pagamento da renda da terra. Assim, se for mais vantajoso, economicamente, para o pecuarista e proprietário da terra manter seu negócio, ou ceder a terra em arrendamento para outras atividades, seja a cana-de-açúcar ou não, seja efetuando consorciamento com grupos estrangeiros, está na dependência desse mecanismo de regulação entre o capitalista e o proprietário da terra. E mesmo a venda de grandes extensões de terras para as empresas e grupos estrangeiros que estão se lançando à atividade agroindustrial canavieira, como a Cargil, Dreyfus, George Soros, etc. Os brados nacionalistas conferem críticas e restrições a esse particular, nesse momento presentes no INCRA também no Congresso Nacional⁴⁷, todavia garantem

⁴⁷ Para juristas, técnicos do INCRA, parlamentares, a revogação da emenda 6 que revogou o artigo 171 da Constituição Federal, em 1994, não alterou a Lei 5709, de outubro de 1971, que ainda continua em vigência. A inoperância jurídica que reside sobre a regulação da aquisição de terras por estrangeiros, até então amparada

apoio ao capital nacional, ao suposto projeto de construção da autonomia energética, como se a pátria do capital respeitasse qualquer sentimento de autonomia como algo para todos.

Conseqüentemente, não há, na maioria dos casos, quase nenhuma objeção por parte do proprietário de terra, se, a princípio, estaria cedendo ou vendendo parte ou totalidade de seu patrimônio para o plantio de eucalipto, soja, cana-de-açúcar, *canabis sativa*, feijão ou qualquer outro produto, tampouco se estariam sendo respeitadas ou não as normas e os códigos ambientais, tais como plantio ilegal de transgênicos, desrespeito à área de preservação permanente (APP), reserva legal e das leis trabalhistas etc. Ou, ainda, se os negócios se dariam à base da prática monocultural, se seriam direcionados para o mercado interno ou externo e se comporiam ou não a cesta básica. Exceção seja feita, para o caso objeto do nosso estudo, no qual o grileiro, nesse momento, se dispõe a ceder parte ou totalidade das terras em arrendamento para o plantio da cana-de-açúcar, tendo em vista estarem em primeiro plano não somente seus interesses econômicos, mas, sobretudo, estratégicos e políticos, já que está em pauta sua existência enquanto proprietário de terras, enquanto classe.

No *vale tudo*, são cada vez mais freqüentes as denúncias de incêndios criminosos de bosques, pastagens, áreas de reserva legal e de preservação permanente (APP), no Pontal do Paranapanema⁴⁸, bem como o desrespeito às normativas legais, tanto os 20% do total da propriedade e os 30 metros de cada lado das margens dos rios e os 50 metros quadrados de raio para as nascentes.

O avanço da cultura da cana-de-açúcar, na área em estudo, especialmente nos últimos tempos, está, desgraçadamente, comprovando os elementos da cultura quinhentista de depredação empreendida pelo capital, pelo latifúndio. As áreas queimadas que serão em poucas horas tombadas e preparadas para o plantio da cana-de-açúcar, via de regra, pastagens degradadas, com situação jurídica regularizada e também as áreas pendentes, são a primeira etapa do planejamento da destruição. Sua confrontação com as áreas dessecadas, as APP's e reservas legais, evidencia que o passo seguinte será sua incorporação ao estoque de terras para plantio, o que estamos constatando durante a realização da pesquisa de campo⁴⁹

no parecer encomendado pelo INCRA, em nada substitui a referida Lei, que portanto deve ser seguida. Já no Congresso Nacional as opiniões sobre esse assunto estão inclinadas a admitir que o problema não é vender ou comprar terras, mas de dispor de meios para manter a soberania sobre a terra vendida.

⁴⁸ Ao longo da pesquisa, estaremos atentos a esse procedimento, que, segundo nos consta, é usual, a ponto de haver toda uma estratégia para provocar os incêndios na sexta-feira, no final da tarde, para complicar as medidas legais, e, no final de semana, os tratores já entram em cena, para realizarem o tombamento, preparo e deixar o terreno acertado para o plantio da cana-de-açúcar.

⁴⁹ Poder contar com os mapas do Itesp que fornecem a localização da situação jurídica das terras do Pontal e a utilização de aparelho de GPS, está nos possibilitando recompor o quadro atual das terras que estão sendo incorporadas ao circuito produtivo do agronegócio da cana-de-açúcar.



Figura 3 - Estratégia (Destruição) da Expansão da Cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema.

Fonte: Arquivo de Fotografias: Antonio Thomáz Junior.

Depois do fogo, vem a bonança para o agronegócio *alcooliçado*. Metáforas à parte, esse é o chamamento para podermos refletir o expediente do fogo, a fim de fazer valer os interesses expansionistas do capital, inspirados na *civilização da barbárie*⁵⁰. A prepotência, a certeza da impunidade, o desrespeito às normativas legais ambientais e trabalhistas têm garantido a estratégia de expansão da cana-de-açúcar, bem como a manutenção do descaso para com o meio ambiente e com a integridade dos trabalhadores.

A esse respeito, vale apontar que o desrespeito à legislação trabalhista e o descumprimento ao contrato coletivo de trabalho têm sido a regra para as empresas agroindustriais canavieiras, com especial atenção para o corte da cana-de-açúcar. As cobranças e ameaças constantes, por parte dos feitores, quanto ao cumprimento das metas de corte por dia, têm levado à exaustão e às complicações na saúde dos trabalhadores.

As denúncias mais frequentes de desmaios, câimbras, vômitos, fortes dores musculares têm sido constantes, e o que pudemos constatar, durante as entrevistas, é que, além disso, há um total descaso em relação ao atendimento de emergência, por parte das empresas⁵¹, em especial à NR-31, de forma particular pela Destilaria Alcídia, a mais antiga e maior empresa do Pontal do Paranapanema, atualmente sob a direção do grupo Ruyter Silva.

⁵⁰ Cunhamos essa expressão em outros textos da nossa autoria, para identificar os procedimentos e expedientes destrutivos e implacáveis que os setores hegemônicos da burguesia utilizam para manter-se à frente do controle do metabolismo do capital.

⁵¹ Durante as entrevistas, constatamos dois casos graves de negligência no socorro aos trabalhadores acometidos pela intensividade do trabalho no corte, nos quais o serviço de urgência e atendimento da Destilaria Alcídia, diante da inoperância para tratar dos casos, levou os trabalhadores para suas residências, sem removê-los para os hospitais, a fim de prestar-lhes atendimento compatível; quando inquirido, o enfermeiro da empresa argumentou que não poderia fazê-lo, porque não tinha ordem da direção.

V

Se, de um lado, para o capital é importante apostar na legitimação das terras devolutas e improdutivas, claro está que isso não significa salvar a pecuária extensiva e os pecuaristas, mas para garantir horizonte para a expansão das áreas de plantio de cana-de-açúcar, associadas ao crescimento da capacidade produtiva e de agroindustrialização. Por outro, as ações expansionistas não contemplam somente os interesses econômicos, como podemos exemplificar com os baixos custos operacionais para manter todas as operações de campo, já que tudo será descontado dos arrendantes, e a proximidade das terras dos assentamentos da esteira da agroindústria; todavia, o efeito político desse expediente ainda não revelou, provavelmente, todos os estragos.

Para se entender a equação produtiva e estratégica da agroindústria canavieira, no Pontal do Paranapanema, faz-se necessário considerar os demais objetivos do capital, tais como a fragilização das ações dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que, desde meados de 1990, desenvolvem ações sistemáticas e organizadas, no âmbito da luta pela terra e pela Reforma Agrária. Para tanto, atua para desmontar a estrutura produtiva dos assentamentos, atraindo para seu entorno os camponeses, tanto por meio do arrendamento das terras, conforme prescreve a Portaria ITESP n°77⁵², como também pela contratação como assalariados (seja no corte da cana, seja na planta fabril etc.). Essa Portaria ainda prescreve no seu artigo 8º item II – “elaborar, por meio do Grupo Técnico de Campo, laudos trimestrais de acompanhamento e fiscalização”, o que, na prática, não tem ocorrido.

A *mobilização* dos trabalhadores por parte do capital e seus prepostos para gravitarem na órbita da empresa agroindustrial nos reserva ainda muitas questões a serem compreendidas. As contradições desse processo põem em destaque a trama política do trabalho, redesenhada pelos recentes avanços do capital, que, ao ser mais agressivo nas suas políticas de classe, produz rupturas marcantes no Pontal do Paranapanema. Já que lida com assalariados puros, tanto na planta fabril, quanto nas atividades agrícolas, também faz o mesmo com os camponeses, apesar de saber que está apostando na fragilização do seu inimigo de classe, exatamente porque o atrai para seu campo, mantendo-o subsumido ao processo produtivo e de gestão agroindustrial.

O fato é os camponeses que estão longe de dispor de apoio e de políticas efetivas de estímulo à produção de alimentos, semelhantes às facilidades que os empresários canavieiros têm, para se apoderarem dos recursos do PRONAF-D, via esquema de *barriga de aluguel*, no qual os assentados cumprem o papel de viabilizar a utilização desses recursos para o plantio de cana-de-açúcar. Nesse sentido, se, na prática,

⁵² No artigo 2º da Portaria ITESP-77, de 2004, que substituiu a Portaria 75 de outubro de 2002, está garantido que “as culturas para fins de processamento industrial poderão ser implantadas nos lotes com área de até 15 ha, ocupando até 50 % da área total, e nos lotes com área superior a 15 ha, ocupando até 30% do total”.

há facilitação para a obtenção dos recursos do PRONAF, o qual, para todos os efeitos, está vinculado ao nome dos assentados e, no final de contas, vai figurar nas estatísticas como usuários de recursos públicos – portanto, integrados às políticas de inserção dos camponeses aos recursos públicos –, de fato, isso se dá em detrimento do tão sonhado apoio para a produção⁵³ de alimentos da cesta básica das famílias trabalhadoras.

Esse expediente é apenas um dos indicadores da situação de quase abandono dos camponeses assentados, que ficam à mercê das mal-sucedidas experiências de exploração do lote e, conseqüentemente, das colheitas frustradas, das dívidas acumuladas; da expectativa de serem dominados pelos atravessadores etc. Os instrumentos de dominação, nem sempre visíveis a olho nu, impõem ações de desmonte das conquistas dos trabalhadores, sendo que, ao mesmo tempo, por outras vias, expressam apoio público, como é o caso da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados do Pontal do Paranapanema (COCAMP), vinculado à estrutura organizativa do MST, localizada em Teodoro Sampaio. Isto é, mesmo dispondo de uma planta agroprocessadora, com capacidade para operar 150 mil litros de leite por dia, uma fábrica capaz de processar a despolpa de 3 toneladas de frutas/dia, um silo para 5.000 toneladas de alimentos e armazéns, há cinco anos está praticamente pronta, mas ainda não entrou em operação. A estrutura física, sobretudo os equipamentos e os maquinários, a cada dia se deterioram e atualmente não têm condições de operação, sem antes uma injeção de mais investimentos públicos, para recolocá-los em condições operativas.

Esse *elefante branco* é a demonstração do descaso e da inconseqüência das políticas públicas para a estrutura familiar camponesa ou, mais precisamente, para as organizações camponesas que se refazem pela via da luta pela terra. Muito provavelmente, se a COCAMP estivesse em funcionamento e ativada, a partir de projetos sustentáveis, dinamizados por políticas públicas voltadas para esse fim, com a inserção do conjunto dos assentados ao circuito misto de produção (para subsistência e mercantil agroprocessada), os camponeses poderiam estar enfrentando e apresentando resistência qualificada ao avanço da expansão da monocultura da cana-de-açúcar e das plantas agroindustriais. A própria inoperância da COCAMP, mais do que inviabilizar o fortalecimento e ampliação da luta pela terra e, conseqüentemente, no estabelecimento de contrafortes de resistência à prática latifundista e concentradora de renda e capital, é a resposta para a absorção dos camponeses ao complexo negócio da cana.

A própria opção de esfriar os ânimos das ocupações de terra e a ampliação dos horizontes das lutas sociais, no Pontal do Paranapanema e noroeste do Paraná, compôs os acordos políticos que, apesar de ter seus adereços modificados diante das conjunturas políticas que circundaram o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula, mantiveram a COCAMP em total letargia.

⁵³ Também compõem essa questão o apoio e a organização específica para o processamento, a distribuição e a comercialização dos produtos, via organizações associativas, cooperativas etc. A esse respeito, ver FABRINI, 2002.

Dar com uma mão e retirar com duas, como o dito popular, é o que continuamos a assistir, neste segundo mandato do governo Lula; todavia, essas perdas são compensadas às expensas de determinadas permissões e concessões politicamente negociadas para dar seqüência à convivência *forçada* entre projetos distintos de sociedade, polarizados na via latifundista, de um lado, e na forma camponesa/familiar, de outro, sem apresentar alternativas concretas e importantes para a massa dos assentados. É o caso de recorrermos à conjuntura de 2005 e 2006, sobretudo diante das idas e vindas do MST ou do que achamos conveniente definir como o *bate e assopra*⁵⁴, que referencia o conteúdo das alianças políticas integrantes do arco de sustentação do governo Lula, nesse caso particular, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), “balançadas”, é verdade, com as denúncias de corrupção dentro do governo e na cúpula dirigente do PT, mas, no final de contas, que avassalam amplos segmentos da “esquerda”, no Brasil – o movimento sindical em especial –, e parcelas dos movimentos sociais populares.

Tema para outro texto, dada a magnitude e implicações estratégicas, esses fatos, no entanto, nos exigem constante reflexão, porque não somente retratam episódios que marcaram as definições e as indefinições políticas que rebatem, no atual quadro político regional, contemplando o conflito pela posse da terra no Pontal do Paranapanema, mas especialmente as contradições que habitam esse território de lutas, com repercussões nas fissuras internas dos movimentos sociais⁵⁵, em particular no MST, que se divide num campo bifronte de posições, alianças, projetos e ações. De um lado, há a parte que se mantém vinculada às instâncias organizativas das coordenações regional, estadual e nacional, que está nucleada em torno da sede da COCAMP e, de outro lado, afinada aos símbolos históricos do MST, – tais como a bandeira e a forma de organização dos acampamentos –, mas desvinculada das decisões político-estratégicas das instâncias verticais do Movimento, ergue-se expressivo contingente de trabalhadores, sob a coordenação de José Rainha Júnior, que, juntamente com o grupo que o apóia, controla parte substancial dos assentamentos, oito dos atuais onze acampamentos, e atua à frente da Federação dos

⁵⁴ Estamos nos referindo à postura cambiante do MST, diante das ações do governo Lula (aspectos diversos que não se resumem à temática da terra), que ora está mais próxima da defesa das postulações, ora se manifesta com ressalvas críticas, ora se posiciona contrariamente. Nada mais razoável de se esperar de um movimento social participativo, mas, o que está em questão, é a afinação orquestrada dessas mudanças de posturas que, por sua vez, são diferenciadas para as instâncias e escalões do governo, a começar pelo próprio Presidente da República, que é poupado, todavia alguns de seus ministros são alvos preferidos das críticas mais contundentes, especialmente no que se refere à política econômica, que privilegia o pagamento da dívida externa em detrimento de políticas sociais capazes de atacar os problemas mais candentes da grande maioria dos trabalhadores como o emprego, moradia, transporte público etc.

⁵⁵ A esse respeito, indicamos a Dissertação de Mestrado “Os movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema”, desenvolvida sob nossa orientação e defendida em abril de 2006, na qual o autor, Edvaldo Carlos de Lima, apresenta reflexões teoricamente fundamentadas na literatura disponível e no rico material empírico que colheu, em mais de três anos de pesquisa, o que lhe permitiu acompanhar detidamente as dissensões e rachas que foram ocorrendo internamente às instâncias organizativas dos trabalhadores sem terra, no Pontal do Paranapanema.

Assentados e Pequenos Agricultores do Oeste Paulista e Pontal do Paranapanema, sob a direção de Wesley Mauch e outras lideranças a ele filiadas.

De forma sintética, o território político em disputa no Pontal do Paranapanema, neste início de 2007, expressa facetas emergentes que sinalizam o transbordamento das definições que normalmente se fazem presentes, a partir dos atores em cena, antepondo, de forma dual, latifundiários, de um lado, e camponeses e trabalhadores, do outro. É necessário muito cuidado para não sermos surpreendidos com realidades que ultrapassam as linhas demarcatórias usuais e reveladoras das contradições que fazem emergir novos desafios, nesse teatro de operações.

Assim, as fissuras presentes no interior do MST revelam projetos opostos. Apesar de extrapolar os limites desse texto e de merecer detalhamentos, em outra oportunidade, o assunto em questão evidencia as respectivas expressões dos dois agrupamentos, no Pontal do Paranapanema. Da mesma forma que a discussão dos biocombustíveis, mais precisamente da produção de matérias-primas para a fabricação do óleo que será a base da mistura com etanol para a produção do biodiesel, nos últimos meses, as plantações de eucalipto nos assentamentos estão ganhando notoriedade.

Para o grupo liderado por José Rainha Júnior⁵⁶, a alternativa para os assentados do Pontal do Paranapanema é aderir ao cultivo do pinhão manso e se vincular às empresas que farão o beneficiamento da oleaginosa, através do apoio do governo federal, Caixa Econômica Federal e iniciativa privada. Saíram na frente e tornaram público o interesse de se associarem à Destilaria Alcídia, para fornecerem pinhão manso para uma futura planta produtora de óleo acoplada à Destilaria.

Já para o grupo que se mantém fiel à Coordenação Nacional, a aposta para o Pontal continua sendo a política de assentamento, com horizontes para a Reforma Agrária e a busca para consolidar alianças, objetivando “um Pontal livre do latifúndio, da monocultura e fundado na produção camponesa”⁵⁷ em defesa do projeto defendido pela Via Campesina, e reafirmam a total negativa ao projeto do grande capital, à prática do arrendamento⁵⁸. Portanto não estão acreditando no plantio de oleaginosas, tampouco reforçando a produção de etanol para o biodiesel⁵⁹. Ainda não

⁵⁶ O MST liderado por Rainha organizou uma programação específica, junto ao Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema, no dia primeiro de maio de 2007, no qual lançou as preocupações em viabilizar a produção do biodiesel, contando com a presença de 1500 pessoas. Na oportunidade, foram assinados protocolos de intenção com a Caixa Econômica Federal, PETROBRÁS, Banco do Brasil.

⁵⁷ Extraído de entrevista realizada junto às lideranças do MST no Pontal do Paranapanema, durante o ano de 2007.

⁵⁸ No dia 14 de maio o MST/Nacional, divulgou nota pública no seu *site* (www.mst.org.br), na qual reafirmam a total desautorização do José Rainha Júnior falar em nome do MST, e as posições da Coordenação Nacional sobre a total negativa à adoção de políticas que envolvam os camponeses na produção de matérias-primas para a produção de oleaginosas.

⁵⁹ O MST, em particular em São Paulo, desde o início de 2001, dedicou-se a discussões, seminários, elaboração de estratégias para a produção de oleaginosas, com vistas à produção de biodiesel. Essas movimentações o aproximaram da FERAESP, FAF, CUT, com vistas à composição de bloco de intervenção capaz de pressionar por uma política federal e estadual de apoio à viabilização do biodiesel, desde que pudesse responsabilizar-se

definiram as linhas estratégicas e os referenciais para consolidar esse processo, que, a nosso ver, não pode ficar vagamente ancorado na política de ocupação de terras e na pressão para a viabilização de assentamentos nas terras devolutas e improdutivas.

Limitados a esse horizonte, ficam inertes e imóveis diante da conjuntura que se desenha no Pontal do Paranapanema, mesmo com as ações recentes de ocupações de terra, agências bancárias, escritórios do ITESP e INCRA, pois não foram capazes de mobilizar amplos setores da própria base e, em consequência, outros segmentos da sociedade que ainda não respondem e não empenham apoio para essas questões. A decorrência imediata disso é que os assentamentos existentes continuam fragilizados, devido à ausência de política agrícola efetivamente voltada para viabilizar o fortalecimento dos assentamentos, sem contar o endividamento motivado por planejamentos frustrados para a produção de determinados produtos⁶⁰, e às usuais seqüelas das intempéries climáticas. A sucessão desses insucessos tem motivado os assentados à descrença nas alternativas de curto prazo, o que os tem estimulado a aderir ao cultivo da cana-de-açúcar, sem que os movimentos sociais tenham qualquer controle da situação.

É imprescindível que definam quais alianças e ações políticas terão que ser realizadas, para construir um projeto de desenvolvimento, juntamente com outros setores da sociedade, para que possam disputar território com os setores hegemônicos que estão preocupados em reservar às terras do Pontal o mesmo destino latifundista que se consolidou, nas últimas quatro décadas com a pecuária, agora canavicultura, e à consolidação do agronegócio monocultor, sendo que contam com o apoio de parte dos assentados e demais produtores familiares. O que discutimos, em outro texto⁶¹ a esse respeito, quando na oportunidade focávamos a importância de vincular a bandeira da Reforma Agrária à Soberania Alimentar, nos sugere, neste momento, a ampliação dos horizontes que, via de regra, são predefinidos, sem que se privilegiem as entidades de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais populares.

Ainda que se registrem, para os dois grupos do MST, tanto proximidades como colisões com o governo federal, o que nos faz retomar a política do *bate e assopra*, ou seja, ora apoio, ora embate – o que confunde os trabalhadores e a população em geral –, esse quadro ganha novos elementos, com a entrada em cena de outros atores sociais. Não é somente o MST afinado à liderança do José Rainha que requer

pela produção da matéria-prima e produção do óleo. As discussões e negociações transcorreram até 2003, momento em que desistiu do intento, diante da resistência do governo, sendo que, à época, o MST ainda era composto pelas lideranças e agrupamentos que hoje se dividem em dois blocos.

⁶⁰ Até o momento, as entrevistas têm sinalizado que, para a maioria dos assentados que partiram para a cana-de-açúcar como alternativa para buscar outra fonte de rendimento, o motivo central foram as dívidas contraídas junto aos bancos, sendo que há uma predominância para o plantio de mandioca, à época estimulado para abastecer a feccaria que o MST havia adquirido, em Sandovalina, e também as dívidas egressas do plantio de maracujá, abacaxi etc., para serem beneficiadas na despoldadeira de frutas instalada na COCAMP, mas que teve os dias contados e se encontra desativada. Sem dispor ainda de um levantamento detalhado e minucioso do total devido pelos assentados, o que se sabe é que a maioria deles tem dívidas que se situam na faixa de R\$3000,00 a R\$5000,00.

⁶¹ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2007c.

atenção para seu projeto de desenvolvimento vinculado ao biodiesel. Fato é que a aposta nesse projeto o motivou a não fazer parte do “Abril Vermelho”⁶², para poder contar com o apoio dos setores do governo que lhes empenham prestígio, nessa nova empreitada.

Com a adesão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Sindicatos dos Empregados Rurais (SER’s) da região, apesar das dificuldades de a CUT defender publicamente a importância das ocupações de terra, esse segmento também tem a cena dividida com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP), que tem no seu arco de organização os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR’s), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)⁶³.

Apesar de defenderem a alternativa do biodiesel a partir da mamona e semente de girassol, além da participação da iniciativa privada⁶⁴, em algum momento também deverão ter o apoio do governo federal, tendo em vista as alianças que dão suporte às esferas de poder, nessa escala. Por sua vez, contam com a simpatia e apoio informal do governo estadual e das lideranças regionais do PSDB, PV, PMDB, que têm interesse em “rachar” e fragilizar as iniciativas e as alternativas, quaisquer que sejam, que não estejam vinculadas às suas estratégias para o Pontal do Paranapanema. Ou seja, já está devidamente clara a intenção do governo Serra, desde as declarações do Governador, do Secretário da Justiça, do alto escalão do ITESP, bem como das alianças que dão sustentação ao governo e dos acordos locais/regionais, que contemplam os interesses da UDR (União Democrática Ruralista) e da maioria dos produtores rurais vinculados aos STR’s/FETAESP, enfim, que apostam na regularização fundiária, na criminalização dos movimentos sociais e das lideranças envolvidas na luta pela terra, garantia de mecanismos de proteção aos latifundiários e pecuaristas decadentes que têm as terras ocupadas, constantemente, por ambas as facções do MST e das demais agremiações.

Esse mapeamento das forças políticas é imprescindível, sob pena de não distinguirmos os enfoques e os alvos dos diferentes projetos que defendem e que se fazem presentes, no Pontal do Paranapanema, em meio à intensificação das contradições sediadas na ocupação ilegal das terras públicas, na inobservância das

⁶² Jornada de luta para homenagear o massacre dos 19 trabalhadores, em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. Constam da programação ocupações de terra, marchas, ocupações de prédios públicos, com o objetivo de chamar a atenção do governo para os conflitos no campo, a lentidão dos processos, a violência dos órgãos de segurança e de jagunços sobre os trabalhadores, os recursos públicos para a viabilização dos assentamentos etc.

⁶³ A FETAESP/CONTAG, os STR’s e elas afiliados, na região de Presidente Prudente, e a empresa Brasil Ecodiesel fizeram o lançamento da campanha favorável e promoveram um evento, no dia 2/05/2007, em Presidente Prudente, no qual firmaram suas preocupações.

⁶⁴ Contam com o apoio da Brasil Ecodiesel, empresa que já possui três unidades de produção, em Floriano (PI), Crateús (CE) e Iraquara (BA). Até novembro de 2007, entrará em funcionamento a planta de Dourados (MS), havendo ainda mais três unidades previstas, isto é, Porto Nacional (TO), Rosário do Sul (RS), Porto de Itaquí (MA). Até meados de 2008, a previsão é que a empresa esteja produzindo aproximadamente 800 milhões de litros de biodiesel.

terras improdutivas e, portanto, ao descumprimento da Constituição Federal, bem como ao avanço do capital agroindustrial canavieiro, para legitimar essa barbárie.

Com base nisso, tornam-se secundárias as disputas entre a facção do MST que aposta no pinhão manso e a FETAESP, que defende a mamona e a semente de girassol, particularmente se esta ou aquela matéria-prima é mais remuneradora para os produtores. Da mesma forma, são inócuos os embates localizados que transcorrem entre pecuaristas, tais como os setores representados pela UDR, que se situam nos fundamentos mais arcaicos, e que são reticentes ao processo de expansão da cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, e os empresários agroindustriais canavieiros, que modernizaram o discurso, todavia continuam adotando os mesmos procedimentos coercitivos, de desrespeito aos direitos constituídos dos trabalhadores e de práticas de superexploração do trabalho etc.

Essas divergências incrementam a amplitude do conflito, contudo não iluminam alternativas para a construção de propostas capazes de soldar a formulação de um plano de Reforma Agrária e de viabilização dos assentamentos, relacionados à autonomia dos trabalhadores, à soberania alimentar etc. As entrevistas e as atividades de Trabalho de Campo que estamos realizando, nos últimos meses, estão revelando fatos e faces da equação social que sintetiza as contradições, nessa porção do território, os quais, se vistos sob o fetiche das diferentes alternativas apresentadas quanto ao plantio de matérias-primas para o biodiesel e ao plantio de cana-de-açúcar, nas terras dos assentamentos, em nada acrescentam para os camponeses e, de modo geral, à razão de ser dos movimentos sociais que atuam historicamente na luta pela terra e pela Reforma Agrária.

Se a aposta incide na construção de uma proposta de Reforma Agrária, na viabilização dos assentamentos, na produção de alimentos e na sustentação da família camponesa, na terra, com plenas condições de vida e trabalho, entrar na órbita do capital, produzir matérias-primas para o biodiesel, cultivar cana, plantar eucalipto, tudo isso é reforçar o modelo concentrador de terra, renda e capital. Em decorrência, faz distanciar-se ainda mais da longínqua bandeira da soberania alimentar, que, no Brasil não se fez presente enquanto uma questão central para os movimentos sociais alinhados à Via Campesina.

Continuar acreditando no modelo edificado e controlado pelo capital significa curvar-se à determinação dos preços, condições de produção e demais exigências, o que tem demonstrado, ao longo da experiência da produção integrada na agricultura, no Brasil, uma sucessão de insucessos para as famílias camponesas. Isto é, as cartas estão dadas e abdicar da centralidade da luta política e ideológica em torno da Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, bem como da viabilização dos assentamentos é abrir mão de um projeto de sociedade que aposta no fortalecimento da vida comunitária e na qualidade de vida para todos os trabalhadores. Ou seja, a partir de práticas agrônômicas afinadas à sustentabilidade ecológica e ambiental, assistência técnica compatível e boas condições de vida e trabalho aos camponeses

e suas famílias, enfim que faça dessa forma de organização um *mundo rural vivo*⁶⁵, é possível não somente apostar, mas defender um projeto de sociedade, que passa pelo fortalecimento dos movimentos sociais. Apostar no que está aí, é o mesmo que endossar o retrocesso em relação ao estágio de dependência, formas de dominação e exploração do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Para os grileiros e agora os capitalistas, “bater de frente” com os movimentos sociais que reivindicam as mesmas terras, ou as terras públicas e devolutas que estão ilegalmente sob sua posse, a fim de viabilizar a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema, ocupa lugar de destaque em relação ao tema em apreço, neste texto, e para nós, em particular. Diríamos, ainda, que esse é o motivo que nos fez decidir, neste projeto, apenas pelo Pontal do Paranapanema, pois temos interesse em entender os mecanismos econômicos e políticos norteadores dos componentes que soldam a aliança entre burguesia, latifúndio (grilado) e proprietários de terra, e quais são os desdobramentos para os movimentos sociais que estão lutando e forçando a efetivação da tímida política de assentamentos do governo federal (INCRA) e estadual (ITESP), nas terras devolutas e improdutivas.

À realidade material de exclusão, fome, desemprego, milhares de famílias acampadas, assentados desestimulados e desprezados pela ineficácia das políticas públicas, junta-se a tomada de decisão, por parte destes, de fazer parte do circuito canavieiro, arrendando suas terras. Ou seja, para a consolidação de um modelo de sociedade que desprivilegia as pequenas unidades de exploração da terra, a possibilidade de participar do negócio canavieiro é o que está sendo adotado como principal alternativa para a manutenção da família no lote.

Os resultados desse empreendimento já expressam os números da destruição, pois a legalização do avanço das áreas de plantio de cana-de-açúcar, também nas terras dos assentamentos, está proporcionando sérios danos aos assentados que ingressaram nessa aventura. Endividamento, frustração, sentimento de ser enganado, o cenário de perdas reais e a impossibilidade de tirar proveito dos ganhos que o capital extraiu de dentro do seu lote, sem nada poder fazer, tem levado à insatisfação; entretanto, vale o registro de que, apesar de ser uma prática condenada pelas lideranças do MST e várias outras agremiações, tampouco conseguem controlar a situação para o conjunto dos assentamentos.

Os exemplos mais marcantes que pudemos conhecer, nessa primeira etapa da pesquisa, especialmente os assentamentos próximos à Alcídia Açúcar e Álcool, nos revelaram o quão desinteressante e desmobilizadora tem sido essa experiência de ingresso dos assentados na atividade canavieira⁶⁶. Essa vinculação ganha mais

⁶⁵ Essa expressão é muito usual para os movimentos sociais envolvidos com a luta e organização dos camponeses na Europa. A permanência das famílias no campo em boas condições de vida e de trabalho é essencial para fazerem valer a permanência da produção de alimentos de qualidade e quantidade necessárias para a alimentação dos povos.

⁶⁶ Cf. FERREIRA JÚNIOR, 2006.

amplitude, porque, em vários casos, os membros da família que não estão envolvidos na carpa e tratos culturais dos canaviais trabalham no corte da cana ou na planta fabril. Ao que tudo indica, há sinais de uma *negociação*, na qual os assentados cedem parte de suas terras ou o que lhes é permitido e, em troca, exigem vínculos laborais para si ou para outros membros da família, em outras atividades da empresa.

Esse fato poderia ser argüido, tendo em vista não se admitir que os assentados possam ter tanta força assim, para *impor* algo numa negociação junto ao capital, mas são esses elementos contraditórios que *apimentam* ainda mais nosso objeto de estudo.

O avanço das pesquisas poderá nos revelar os elementos que definem a amplitude, o significado e os desdobramentos dessa investida das empresas sobre as terras dos assentamentos, e até uma possível negociação, por parte dos assentados que se movem para essa experiência. Os argumentos dos assentados para resistir inclui, ainda, denúncias das ameaças que recebem dos prepostos dos capitalistas, quando forçam a efetivação dos contratos de arrendamento, amparados na Portaria 77 do ITESP, argumentando que não suportarão o avanço da cana, de sorte que é melhor cederem do que enfrentarem.

As vantagens econômicas para o capitalista são muito evidentes, a começar pelo acesso ao PRONAF-D, o que garante até R\$9.500,00, mais as vantagens vinculadas às prerrogativas de estabelecer os preços das diferentes etapas do processo, que, contratualmente, são de responsabilidade do assentado, tais como destoca, preparo, plantio, com exceção dos tratos que a maioria realiza, e corte, carregamento e transporte da cana. Ou seja, com todos esses encargos, os custos do processo são elevados e aos assentados cabe a responsabilidade por essas despesas.

Dessa forma, nas duas ou três primeiras safras, via de regra, o assentado não tem direito a receber nenhuma quantia pelo arrendamento e, como o contrato fixa seu limite de ganho a uma quantidade de matéria-prima por ha, o que tem a fazer é trabalhar muito para manter a área cultivada limpa, sem mato, de maneira a garantir patamares aceitáveis de produtividade, mas ainda distantes de garantir os ganhos esperados. Ocorre, com frequência, o endividamento junto à empresa, de uma safra a outra, o que deixa os camponeses mais vulneráveis, pois já sabem que, para a próxima safra, já estão acumulando dívidas, sem contar o que virá pela frente, ainda desconhecido.

Além disso, como os assentados que estão envolvidos no negócio canavieiro, assim como os demais e outros produtores familiares, também se dedicam ao cultivo de produtos alimentícios, em alguns casos sob o referencial das práticas agroecológicas e orgânicas, a aplicação de agrotóxicos, defensivos, maturadores, em larga escala, provoca a contaminação das plantações, a perda da produção e, por via de consequência, o desequilíbrio ambiental. Além disso, os pequenos produtores, cercados por grandes áreas de monocultivos, têm contabilizado aumento significativo de pragas, porque

estas migram para as terras que não utilizam venenos, sem contar a contaminação dos mananciais e as culturas orgânicas, via de regra, praticada nos assentamentos.

VI

A alusão às *culturas* em expansão no Pontal do Paranapanema, apesar de seu sentido metafórico ser direto, não nos poupa das contradições específicas ao universo dos trabalhadores, dos movimentos sociais diretamente ligados à trama territorial da questão agrária, que atinge não somente as unidades familiares e camponesas, bem como a luta pela terra e pela Reforma Agrária, mas também a via empresarial vinculada à expansão dos canais, da agroindústria e a permanência da pecuária extensiva, cada vez menos expressiva.

Sem a pretensão de resumir a variedade de relações e culturas existentes na região em questão, o que pretendemos é sinalizar, a partir do que entendemos ser central para a questão agrária regional, as possibilidades e as apostas que estão comparando nessa primeira década do segundo milênio, ou os *projetos de sociedade em questão*.

Nem oleaginosas, nem cana-de-açúcar; essas possibilidades estão à vista, figurando como os novos eldorados para o campo, de sorte que tanto o biodiesel quanto o etanol encarnam as novas promessas e as novas fantasias para toda a sociedade, em particular para os agricultores familiares, para os assentados. As anunciadas melhorias nos agregados econômicos não são devidamente identificadas, quando se discute o custo e os beneficiários desse processo.

Desmobilizar os trabalhadores, para fazer avançar a agroindústria canavieira, ou o agronegócio da cana, considerando todo o conjunto de relações que se articulam nesse universo, não significa para o capital ter que se confrontar somente com os operários fabris ou das frentes de corte, mas sim com os sem terra, que resistem à barbárie latifundista há 17 anos, na região, e defendem outro modelo de sociedade e de produção agropecuária, pautado na pequena unidade familiar, à base da produção e gestão coletiva dos lotes, e com os objetivos voltados para o auto-sustento e abastecimento dos mercados locais com produtos sanos e preços condizentes.

Apesar de verídicas, as contradições desse processo revelam também que os assentados envolvidos com o cultivo da cana-de-açúcar reforçam o processo capitalista, quando defendem sua participação no processo produtivo da matéria-prima, como alternativa de sobrevivência e, em algum nível de comprometimento, também garantem a si e aos membros da família inserções nas frentes de corte ou na planta fabril. E ainda, a luta pela democratização das terras agrícolas no país não se ergue apenas o latifundiário, os enfrentamentos estão marcados também pela presença dos bancos, da mídia, dos setores sindicalizados tradicionais, as agroindústrias transnacionais, etc.

A pequena distância entre negar e afirmar o processo capitalista presente na produção de cana-de-açúcar, no Pontal do Paranapanema, por meio da participação direta dos camponeses assentados, tanto como assalariados, quanto como arrendatários de terras, acrescenta novos elementos à complexa trama de relações que recobre a plasticidade do trabalho, na região em estudo. Camponês, assalariado, arrendatário estão envolvidos juntamente com a família no processo produtivo, no qual parte de suas energias está voltada à atividade canavieira e toda a ordem de significados materiais e subjetivos lhes assegura dupla identidade, quando consideramos sua expressão como assalariado e como arrendatário. Até pela própria condição, são em maior contingente, assalariados da cana, quando se comparam àqueles que, apesar de sê-lo (ou não), arrendam suas terras. Todavia, quando inserido no cenário da produção de oleaginosas para o biodiesel, é simplesmente assentado, que ainda mantém a identidade familiar do empreendimento, podendo até se assalariar no processo, o que ainda não se definiu claramente.

Em outros textos recentes⁶⁷, tivemos a oportunidade de apresentar os fundamentos teóricos do que, para nós, se compõe de extrema importância no âmbito da Geografia do trabalho, ou sua própria conceituação e a compreensão da categoria trabalho, de classe trabalhadora, ou seja, quais atores a constituem, seus fundamentos político-ideológicos etc. Aqui vale resgatar que o camponês, o operário (assalariado rural), assim como as demais formas de externalização do trabalho, não são definidos a priori, mas significam expressões vivas das contradições da luta de classes. Assim, é no interior das contradições da ordem metabólica do capital e seus impactos para o universo do trabalho, que podemos entender o campesinato no âmbito da classe trabalhadora. Da mesma forma, o trabalhador assalariado, depois de perder essa condição e quando imerso na luta pela terra e já na ambiência de um trabalhador assentado, vivencia sua nova condição de camponês, não por definição ou por força de conceituação, mas pelo sentido e significado de sua existência, todavia como parte da classe trabalhadora.

Imerso no metabolismo social do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças político-ideológicas do trabalho, numa clara tomada de consciência de pertencimento de classe, o campesinato é, sim, parte integrante da classe trabalhadora, todavia emancipada das predeterminações e dos pressupostos engessados a priori. É por isso que a centralidade do trabalho⁶⁸ não deve estar distante da busca que empreendemos para compreender a identidade de classe do trabalho, especialmente com base no enunciado que estabelecemos para este texto, ou seja, a fúria alcoolizante do capital agroindustrial, no Pontal do Paranapanema, além de legitimar a posse ilegal das terras (devolutas e improdutivas) nas mãos dos latifundiários e fazendeiros, está garantindo igualmente, para si, a base material para seus futuros investimentos, expansão da área de plantio e capacidade

⁶⁷ Cf. THOMAZ JÚNIOR, 2006; 2007c; 2007d.

⁶⁸ Tivemos a oportunidade de refletir sobre esse conceito em THOMAZ JÚNIOR, 2005b, 2006, 2007c.

de moagem. E o outro desdobramento dessa ação é que está apostando no desmonte dos assentamentos e na fragilização da cultura e resistência camponesas, ao atraí-los para o interior do processo produtivo da matéria-prima e ao subordiná-los à exploração social, no momento em que insere os camponeses no ambiente proletário do processo social de trabalho.

Como é no interior do movimento contraditório do capital que entendemos os reais significados da positividade e da negatividade do trabalho, no processo social capitalista, ou a própria construção da sua identidade de classe, ao mesmo tempo em que o capital tenta negar a existência camponesa, quebrando, neutralizando ou fragilizando sua condição social ou sua sociabilidade, ao inseri-lo na produção de cana-de-açúcar, retirando-lhe a autonomia, afirma seu desejo de controlar as terras, que são produto da luta e que têm significado de conquista coletiva. Por outro lado, quando o capitalista expressa sua outra face de poder de classe, ao submeter o camponês e sua família à condição de trabalhador assalariado (diarista não residente), de proletário, no corte da cana-de-açúcar, também colhe a resistência camponesa, que expressa o sentimento de liberdade do camponês (de ser livre) e de retomar sua autonomia sobre os destinos da terra de trabalho.

Apesar de estarmos testemunhando essas posições, com base nas entrevistas e inúmeras visitas que estamos realizando, junto ao universo camponês dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, também notamos que há sinais evidentes de fragilização da identidade (subjatividade) que os vincula à condição histórica de sem-terra, fato que materialmente os liga ao passado e ao presente da luta pela terra, todavia com o futuro ofuscado ou fora de foco. Nesse sentido, as mobilizações da fração do MST fiel à coordenação estadual/nacional, no mês de abril de 2007 – em particular, as ocupações de terra e dos órgãos públicos, como INCRA e ITESP, em cumprimento às demandas específicas por mais terras para os acampados do Pontal do Paranapanema, que por sua vez se juntavam às bandeiras do “abril vermelho” –, não contaram com a força viva e expressiva dos assentados que estão envolvidos no plantio da cana-de-açúcar, tampouco os que estão envolvidos no corte.

Essa face bifronte do camponês, no Pontal do Paranapanema, seja como assalariado temporário no corte da cana-de-açúcar, seja no arrendamento de parte de suas terras, apresenta-nos novos elementos de pesquisa e desafios para a classe trabalhadora, para o futuro da luta pela terra e pela Reforma Agrária, enfim, repovoa o processo social de novos desafios para os movimentos sociais. Assim, da mesma forma que entendemos que as classes sociais não têm existência a priori, ou que não basta tão-somente sinalizarmos aspectos identitários para garantir sua existência social e territorial, cremos que elas são, pois, expressões vivas das contradições da luta de classes. Desse modo, é no interior dos rearranjos do sócio-metabolismo do agronegócio alcoolizado, no Pontal do Paranapanema, que nos propomos compreender os desafios que estão postos para os trabalhadores, desde o ponto de vista de classe.

Com isso, reforçamos a idéia de que não devemos assumir *a priori* a avaliação defendida pelos dirigentes sindicais e lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, sem antes correlacionarmos à dinâmica geográfica do tecido social do trabalho os conteúdos políticos das principais bandeiras de luta e as contradições que regem esse processo, na sua totalidade.

O que temos é que a identidade de classe do trabalho não se dá previamente e não é definida por este ou aquele discurso, dosado com mais ou menos veemência, mas, sim, devido aos significados políticos, ideológicos e de classe que externaliza.

Essa tomada de posição está na base das nossas pesquisas. Continuaremos ocupados em qualificar e apreender as contradições da dinâmica do trabalho, no interior do conflito de classe, no Pontal do Paranapanema, em meio às ações do capital, do Estado, protagonizadas pelo agronegócio *alcooolizado* e pelas *culturas* em expansão, contudo com as atenções voltadas para a Reforma Agrária, para a produção de alimentos, na perspectiva da emancipação social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. N. *O Imparcial*. Presidente Prudente, 20 maio 2007. p. 4.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. A era da informatização e a época da Informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 461-474.
- ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BALEOTTI, L. Inclusão Digital. *Alcoobrás*. São Paulo, n. 125, p. 42-47, jan./fev. 2007.
- BRENO, D. Álcool de celulose: bagaço e palha da cana são cotados para aumentar a produção de etanol. *Pesquisa/Fapesp*, São Paulo, n. 133, p. 29-31, mar. 2007.
- BITTENCOURT, E. Biodiesel: diversidade de matérias-primas. *Canal: o Jornal da bioenergia*, Goiânia, p. 10-11, 2007. Edição Especial.
- CARVALHO FILHO, J. J. *A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar. Estudos Avançados*, v.9, n. 24, maio/ago. 1995.
- CEPAL/FAO. *Oportunidades e riscos do uso da bioenergia para a segurança alimentar para a América Latina e o Caribe*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/publicacoes.asp>>. Acesso em: 27 maio 2007.
- FABRINI, João E. Globalização e a luta pela terra. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 3, n. 23, p. 31-38, 2002.
- INFORMAÇÃO única. *São Paulo: união da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo*, 1994.
- KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- LUXEMBURGO, R. *La acumulación del Capital*. Buenos Aires: Editorial, 1968, p. 296.
- MARTÍN MARTÍN, V. O. *Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿ Nuevos enfoques?* Laguna, 2004. Mimeografado.
- MARTÍN MARTÍN, V. O. *Los jornaleros hablan de la lucha por la tierra em el sur de la España del siglo XXI*. Málaga: Gráficas Digarza, 2006.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, A. S. *Relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.
- OLIVEIRA, M. Biodiesel em ascensão: o que falta para esse óleo se firmar como um biocombustível nacional. *Pesquisa/Fapesp*, São Paulo, n. 134, p. 63-67, abr. 2007.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. *Cadernos do XII Encontro Nacional do MST*. São Paulo: MST, 2003.
- PESQUISA. Inovação S.A. *Pesquisa/Fapesp*, São Paulo, n. 135, p. 26-29, maio 2007.
- THOMAZ JÚNIOR, A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho: (os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I.; OLIVEIRA, A.U. (Org). *Anais...* São Paulo, 2004. p. 125-140.
- _____. *Um olhar auto-crítico do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil no século XXI*. Presidente Prudente, 2007b. Inédito.
- _____. *Por trás dos canaviais os nós da cana*. São Paulo: Annablume:Fapesp, 2002.
- _____. Os rearranjos do capital e o trabalho no campo no século XXI: uma tentativa de compreensão dos casos espanhol, galego e brasileiro. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; SILVA, O. A. (Org). *A questão da terra na Península Ibérica e na Iberoamerica: actualidades e desafios*. Santiago de Compostela: Index, 2007 No prelo.
- _____. Se camponês, se operário! limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D, CARVALHAL, T. B. (Org). *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente. 2006. v. 2, p.130-167.
- _____. *Trabalho mutante e territórios em disputa: (Por que não Dizer que eu não Falei das Flores!)*. Presidente Prudente, 2007d. Mimeografado.
- _____. *Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar no Brasil: elementos para recolocar o debate da classe trabalhadora e da luta de classes no Brasil*. Presidente Prudente, 2007c. Mimeografado.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.